



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECADI**  
**II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e**  
**Cidadania, com Ênfase em EJA / 2013-2014**

**AFONSO IRENE DE MENESES**

**A EDUCAÇÃO PRECISA CONTINUAR**  
**A EJA COMO EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA**

**BRASÍLIA, DF**  
**Abril/2014**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECADI  
II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e  
Cidadania, com Ênfase em EJA / 2013-2014

A EDUCAÇÃO PRECISA CONTINUAR  
A EJA COMO EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA

AFONSO IRENE DE MENESES

PROFESSORA ORIENTADORA: MARIA LUIZA PINHO PEREIRA  
TUTORA ORIENTADORA: JOELMA DE OLIVEIRA MOURA

PROJETO DE INTERVENÇÃO LOCAL

Brasília (DF) - Abril/2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECADI  
II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e  
Cidadania, com Ênfase em EJA / 2013-2014

AFONSO IRENE DE MENESES

## **A EDUCAÇÃO PRECISA CONTINUAR A EJA COMO EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA**

Projeto de Intervenção Local (PIL) apresentado ao programa de Pós-graduação Lato Sensu em Educação na Diversidade e Cidadania, com ênfase em EJA, da Universidade de Brasília (UnB), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB) como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialista na Educação de Jovens e Adultos.

---

Maria Luiza Pinho Pereira  
Professora Orientadora

---

Joelma de Oliveira Moura  
Tutora Orientadora

---

Jairo Gonçalves Carlos  
Avaliador Externo

Brasília, DF Abril/2014

## **AGRADECIMENTOS**

**Agradeço a Jesus Cristo que, embora sendo Deus, desceu ao meu nível de consciência, e me inspirou a lutar com tenacidade e fé por uma educação mais igualitária e de qualidade para os pobres.**

**Agradeço a minha esposa Maria do Socorro, a meus filhos José, Margarida e Rafael, pelo apoio incondicional na luta pela educação transformadora que cremos ser possível.**

**Agradeço também a todos aqueles que me precederam nesta mesma luta, e por isto me inspiraram, em especial à memória de Anísio Teixeira, que pensou em uma escola para pobres, de difícil construção, mas possível.**

**Agradeço à professora Patrícia Nogueira Silva, pelo seu trabalho como tutora do meu grupo e que durante todo o período do curso demonstrou empatia pela causa da educação igualitária e de qualidade que defendo para os pobres. E, finalmente agradeço à professora Joelma de Oliveira Moura pela sua preocupação quase familiar, com o andamento do meu trabalho e à professora Maria Luíza Pinho Pereira que tão eficientemente me orientou em um trabalho no qual eu tinha como principal objetivo expressar a minha fé na educação.**

Confere a conta. Tens de pagá-la.  
Aponta com teu dedo a cada coisa  
e pergunta: "Que é isto? e como é?"  
Estás chamado a ser um dirigente.  
Bertold Brecht

## RESUMO

Este Projeto de Intervenção Local tem como objetivos oferecer uma intervenção sobre a disciplina de matemática aos alunos do segundo segmento da EJA do CEF 404 de Samambaia, bem como apresentar um marco teórico para que os principais parceiros do projeto, os professores, possam fazer intervenção válida sobre a EJA. A intervenção aqui proposta sobre a disciplina de matemática procura aproximar a escola dos ideais da educação ao longo da vida, como pactuado pelo Brasil na VI CONFITEA, e assim possa contribuir para a solução de problemas sociais que afetam a cidade de Samambaia, principalmente a falta de interesse de boa parte dos jovens e adultos da escola pela educação. Por considerar que a EJA é uma modalidade de educação que precisa passar por mudanças para que se aproxime dos ideais da educação ao longo da vida, buscou-se nas normas que instituem a educação brasileira a base legal para a modalidade, desde o direito à educação de qualidade preceituada pela DUDH, até o a Resolução CNE/CEB 3/2010, que dá suporte à Resolução nº 1/2012 do CEDF, que estabelece a carga horária para os cursos oferecidos no Distrito Federa. Considera-se a carga horária oferecida à EJA insuficiente para que jovens e adultos trabalhadores possam se preparar intelectualmente de modo a superarem a pobreza, e principalmente para preparar os educandos que ainda não estão trabalhando e precisam, não somente arranjar um emprego, mas também continuar estudando; precisam acreditar que a educação é o único meio lícito de ascensão social que deveria estar ao alcance deles. Ao longo de todo o trabalho faz-se referência a documentos que apontam para a educação de qualidade como direito de todas as pessoas e procura-se não somente identificar as contradição entre o que é preceituado nos documentos e o que é ofertado a jovens e adultos brasileiros. Analisa-se, particularmente a situação da EJA no Distrito Federal, em um momento em que a SEEDF mobiliza esforços para realizar mudanças, principalmente adotando uma nova concepção de currículo que possa atender às demandas sociais presentes na unidade da Federação. A análise crítica às mudanças propostas na educação básica do Distrito Federa teve como base o Projeto Político-Pedagógico Professor Carlos Mota, que ao mesmo tempo em que conceitua a EJA como Educação ao Longo da Vida traça objetivos claros para que a modalidade atinja o nível de educação de adultos preceituada pela VI CONFITEA. Como os problemas decorrentes da falta de pré-requisitos na disciplina de matemática trazem implicações negativas também em Física, Química, Estatística, Biologia e sobre as ciências sociais, a intervenção proposta na disciplina de matemática visa aproximar os educandos da EJA do mundo do trabalho, oferecendo a eles a oportunidade de trabalharem com operações presente no dia a dia das pessoas, como: cálculo de orçamentos, cálculo de notas fiscais, cálculo de pedidos com o uso de uma estrutura de planilha, construída em sala de aula, que visa, sobretudo, aproximar os estudantes do segundo segmento da EJA do CEF 404 de Samambaia de um destino mais arrojado que só pode ser alcançado por meio de uma educação de qualidade.

Palavras – chaves: **EJA – Educação – Matemática**

## ABSTRACT

This Local Intervention Project aims to deliver an intervention on the discipline of mathematics for students of the second segment of the EJA of the CEF 404 de Samambaia, as well as present a theoretical framework to which the main partners of the project, teachers, can make valid intervention about the EJA. The intervention proposed here about the discipline of mathematics seeks to close the school of the ideal of lifelong education, as agreed by Brazil on CONFINTEA VI, and so can contribute to the solution of social problems that affect the city of Samambaia, mainly the lack of interest of most young people and adults for the school and for the education. Considering that the EJA is a form of education that needs to go through changes to approach the ideal of lifelong education, sought standards establishing the Brazilian education the legal basis for the mode, since the right to quality education defined by the UDHR, until the resolution CNE/CEB 3/2010, which supports resolution No. 1/2012 the CEDF the workload for the courses offered in the Distrito Federal. It is considered the load time offered to the EJA insufficient so that young and adults can be prepare intellectually in order to overcome poverty, and especially to prepare learners who are not yet working and need, not only to get a job, but also continue studying; need to believe that education is the only lawful means of social ascent that should be within reach of them. Throughout the work, reference is made to documents that point to quality education as a right of all people and seeks to not only identify the contradiction between what is established in the documents and what is offered to young people and adults. Analyses, particularly the situation of adult and youth education in the Distrito Federal, at a time when the SEEDF mobilizes efforts to make changes, mainly by adopting a new curriculum design that can meet the social demands in the unity of the Federation. The critical analysis of the proposed changes in the basic education of the Distrito Federal was based on the Projeto Político-Pedagógico Professor Carlos Mota, which at the same time that conceptualizes de EJA as a lifelong education puts clear objectives for that mode reaches the level of adult education defined by CONFINTEA VI. As the problems arising from the lack of preconditions in the discipline of mathematics bring negative implications also in physics, chemistry, statistics, biology and the social sciences, the proposed intervention in the discipline of Mathematics aims to bring students of adult and youth education in the world of work, offering them the opportunity to work with operations present in everyday life of people, such as: calculating budgets, invoice calculation, calculation of orders with the use of a spreadsheet structure, built in the classroom, which aims above all to approach the students of the second segment of the EJA of the CEF 404 de Samambaia, a bolder target that can only be achieved by means of a quality education.

**Key words: Adult and Youth Education – Education – Math**

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>(CEDF)</b> Conselho de Educação do Distrito Federal	46
<b>(CEF)</b> Centro de Ensino Fundamental	10
<b>(CFB-88)</b> Constituição Federal do Brasil de 1988	27
<b>(CNE)</b> Conselho Nacional de Educação	44
<b>(CONAE)</b> Conferência Nacional de Educação	38
<b>(CONFINTEA)</b> Conferência Internacional de Educação de Adultos	26
<b>(CTARD)</b> Comunidade de Trabalho/Aprendizagem em Rede na Diversidade	25
<b>(DUDH)</b> Declaração Universal dos Direitos Humanos	27
<b>(EJA)</b> Educação de Jovens e Adultos	47
<b>(GDF)</b> Governo do Distrito Federal	46
<b>(LDB-96)</b> Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996	27
<b>(LODF)</b> Lei Orgânica do Distrito Federal	45
<b>(MEC)</b> Ministério de Estado de Educação	44
<b>(ONU)</b> Organização das Nações Unidas	27
<b>(PIB)</b> Produto Interno Bruto	45
<b>(PNE)</b> Plano Nacional de Educação	27
<b>(PPP)</b> Projeto Político Pedagógico	55
<b>(SEEDF)</b> Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal	46
<b>(SGE)</b> Secretaria Geral da Escola	11
<b>(UNESCO)</b> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	30



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição da população por sexo	11
Tabela 2: Distribuição da população por idade	12
Tabela 3: Distribuição da população por estado civil	13
Tabela 4: Distribuição da população empregada ou não	14
Tabela 5: Distribuição da população por receber benefícios de programas do Governo	15
Tabela 6: Distribuição da população por tipo de residência	15
Tabela 7: Distribuição da população por número de pessoas na família	16
Tabela 8: Distribuição da população por nº de interrupções	17
Tabela 9: Distribuição da população por motivo da interrupção	18
Tabela 10: Distribuição da população por desempenho em Matemática em 2013	20

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição da população por sexo	12
Gráfico 2: Distribuição da população por idade	13
Gráfico 3: Distribuição da população por estado civil	14
Gráfico 4: Distribuição da população empregada ou não	14
Gráfico 5: Distribuição da população por receber benefícios de programas do Governo	15
Gráfico 6: Distribuição da população por tipo de residência	16
Gráfico 7: Distribuição da população por número de pessoas na família	17
Gráfico 8: Distribuição da população por nº de interrupções	18
Gráfico 9: Distribuição da população por motivo da interrupção	19
Gráfico 10: Distribuição da população por desempenho em Matemática em 2013	21

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Alunos da EJA jogam xadrez na Jotacom, edição 2013

22

## SUMÁRIO

1- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE	10
2- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	10
2.1 – TÍTULO	10
2.2 - ÁREA DE ABRANGÊNCIA	10
2.3 – INSTITUIÇÃO	10
2.4 - PÚBLICO AO QUAL SE DESTINA	11
2.5 - PERÍODO DE EXECUÇÃO	22
3- AMBIENTE INSTITUCIONAL	23
4- JUSTIFICATIVA E CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA	24
4.1 FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	25
4.1.1 A EDUCAÇÃO COMO DIREITO UNIVERSAL DA PESSOA HUMANA	27
4.1.2 A EDUCAÇÃO COMO DIREITO CONSTITUCIONAL	28
4.1.3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA LEI 9394/1996	29
4.2 AS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE EDUCAÇÃO DE ADULTO	30
4.2.1 A VI CONFINTEA – MARCO DE AÇÃO DE BELÉM 2009	31
4.2.2 A ALFABETIZAÇÃO E A APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA	32
4.2.3 EQUIDADE, PARTICIPAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	34
4.2.4 QUALIDADE EM EJA	36
4.3 - I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (I CONAE)	38
4.3.1 PAPEL DO ESTADO NA GARANTIA DO DIREITO À ED.DE QUALIDADE	39
4.3.2 QUALIDADE DA EDUCAÇÃO, GESTÃO DEMOCRÁTICA E AVALIAÇÃO	41
4.3.3 DEMOC. DO ACESSO, PERMANÊNCIA E SUCESSO ESCOLAR	42
4.3.4 JUSTIÇA SOCIAL, EDUCAÇÃO E TRABALHO: INCLUSÃO, DIVERSIDADE E IGUALDADE, QUANTO À MODALIDADE EJA	42
4.3.5 – A II CONAE E AS PERSPECTIVAS DE MELHORIAS PARA A EJA	43
4.4 RES. CNE/CEB Nº 3/2010 - DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA EJA	44
4.5 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO DISTRITO FEDERAL	44
4.5.1 UMA METRÓPOLE SEM INDÚSTRIAS E QUASE SEM AGRICULTURA	44
4.5.2 A RESPONSABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL PARA COM A EJA	45
4.5.3 RESOLUÇÃO Nº 1/2012-CEDF	46
5. OBJETIVOS	48
5.1- OBJETIVO GERAL	48
5.2- OBJETIVOS ESPECÍFICOS	49

6- ATIVIDADES/RESPONSABILIDADES	49
7- CRONOGRAMA	54
8- PARCEIROS	54
9 – ORÇAMENTO	54
10- ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	54
11 - RELATÓRIO DE EXPERIÊNCIA	55
12 – ANEXO	58
13- REFERÊNCIAS	60

## **1- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE**

Nome

AFONSO IRENE DE MENESES

Endereço

12

Informações para contato

Telefone

E-mail

[organizacaoaprendiz@yahoo.com.br](mailto:organizacaoaprendiz@yahoo.com.br)

## **2- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

2.1 - TÍTULO

A EDUCAÇÃO PRECISA CONTINUAR: A EJA COMO EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA

2.2 - ÁREA DE ABRANGÊNCIA

2º segmento da EJA - CEF 404 de Samambaia

2.3 - INSTITUIÇÃO

Nome

Centro de Ensino Fundamental (CEF) 404 de Samambaia

Endereço

QS 404 – AE 01

CEP: 72310-048 Samambaia Norte

## 2.4 - PÚBLICO AO QUAL SE DESTINA

O presente Projeto de Intervenção Local destina-se aos alunos do 2º segmento da EJA da disciplina de matemática do CEF 404 de Samambaia.

A escola tem 280 estudantes matriculados no segundo segmento da EJA, no turno da noite, no horário das 19 h às 23 h.

Para a análise do perfil deste público alvo expomos sobre os dados a seguir coletados pela Secretaria Geral da Escola (SGE), do CEF 404 de Samambaia, durante o mês de março de 2014, com base no instrumento de coleta (Anexo 1), e dados fornecidos sobre o desempenho dos estudantes em matemática em 2013, verificou-se que os alunos do 2º segmento da EJA estão assim distribuídos, conforme as variáveis: sexo, idade, estado civil, empregado ou não, participação de programas do Governo, tipo de residência, número de pessoas na família, número de interrupções dos estudos e motivos da interrupção dos estudos.

### SEXO

Tabela 1: Distribuição da população por sexo

SEXO			
MASCULINO		FEMININO	
NÚMERO	%	QUANTIDADE	%
137	49	143	51

Fonte: SGE, CEF 404 de Samambaia, 2014

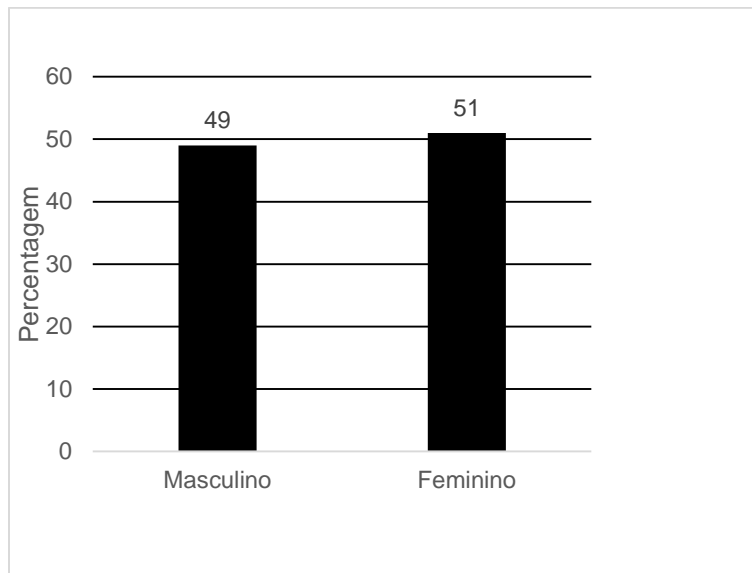


Gráfico 1: Distribuição da população por sexo.

Fonte: SGE, CEF 404 de Samambaia, 2014

## IDADE

Tabela 2: Distribuição da população por idade

IDADE		
FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE	%
15 a 17 anos	95	34
18 a 23 anos	48	18
24 a 29 anos	31	10
30 a 39 anos	70	25
40 a 49 anos	22	8
50 a 59 anos	8	3
60 e mais anos	6	2

Fonte: SGE, CEF 404 de Samambaia, 2014



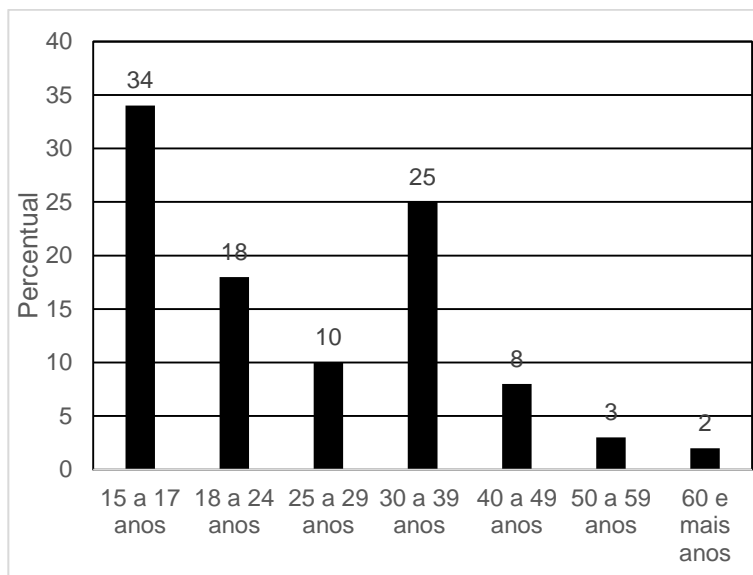


Gráfico 2: Distribuição da população por idade:  
 Fonte: SGE, CEF 404 de Samambaia, 2014

## ESTADO CIVIL

Tabela 3: Distribuição da população por estado civil

ESTADO CIVIL		
ESTADO CIVIL	QUANTIDADE	%
Solteiro	171	61
Casado	56	20
União Estável	39	14
Divorciado	8	3
Viúvo	6	2

Fonte: SGE, CEF 404 de Samambaia, 2014

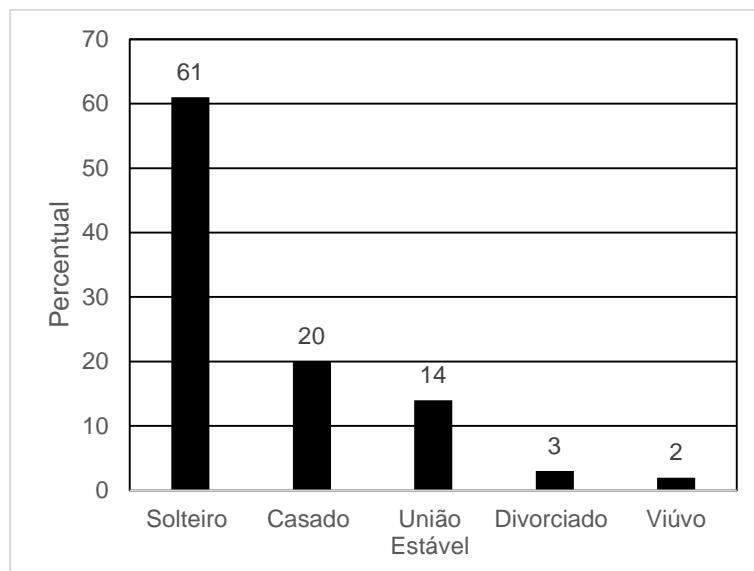


Gráfico 3: Distribuição da população por estado civil.  
 Fonte: SGE, CEF 404 de Samambaia, 2014

## EMPREGADO(A) OU NÃO

Tabela 4: Distribuição da população empregada ou não

EMPREGADO(A) OU NÃO		
EMPREGADO/DESEMPREGADO	QUANTIDADE	%
Empregados	137	49
Desempregados	143	51

Fonte: SGE, CEF 404 de Samambaia, 2014

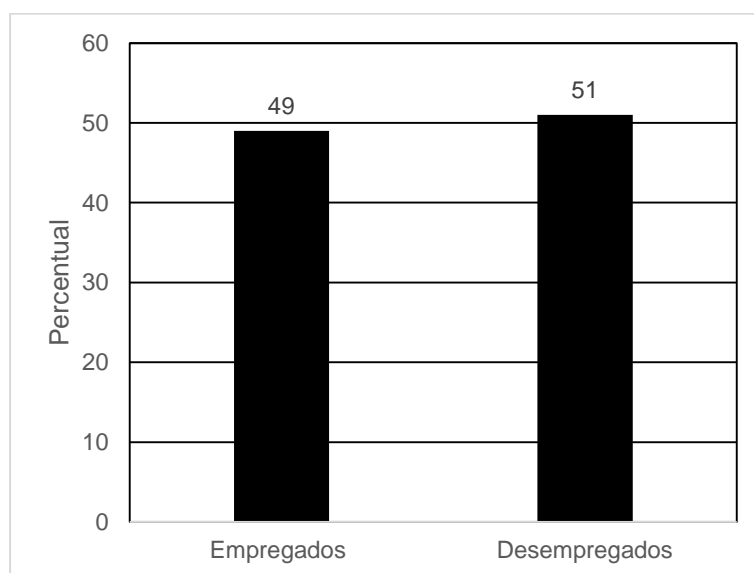


Gráfico 4: Distribuição da população empregada ou não.  
 Fonte: SGE, CEF 404 de Samambaia, 2014

## PARTICIPAÇÃO DE PROGRAMAS DO GOVERNO

Tabela 5: Distribuição da população por receber benefícios de programas do Governo

PARTICIPAÇÃO DE PROGRAMAS DO GOVERNO		
SIM/NÃO	QUANTIDADE	%
Sim	137	49
Não	143	51

Fonte: SGE, CEF 404 de Samambaia, 2014

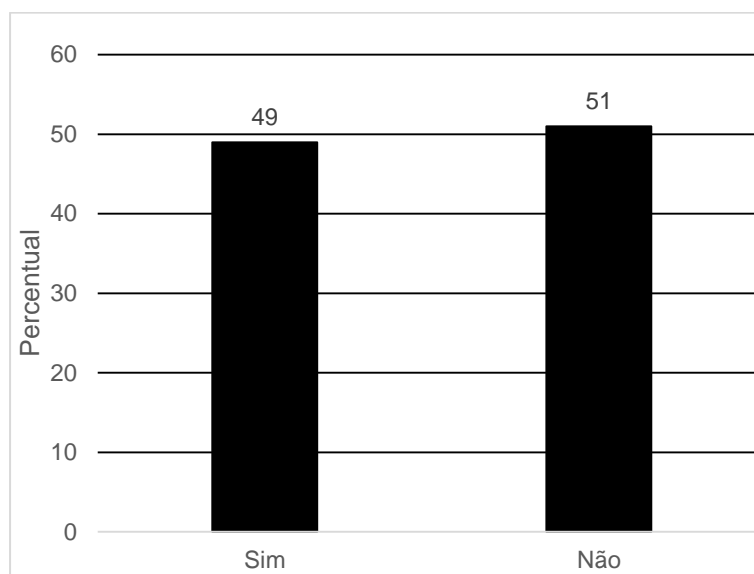


Gráfico 5: Distribuição da população por receber benefícios de programas do Governo  
Fonte: SGE, CEF 404 de Samambaia, 2014

## TIPO DE RESIDÊNCIA

Tabela 6: Distribuição da população por tipo de residência

TIPO DE RESIDÊNCIA		
TIPO	QUANTIDADE	%
Própria quitada	118	42
Própria financiada	11	4
Alugada	120	43
Cedida	31	11

Fonte: SGE, CEF 404 de Samambaia, 2014

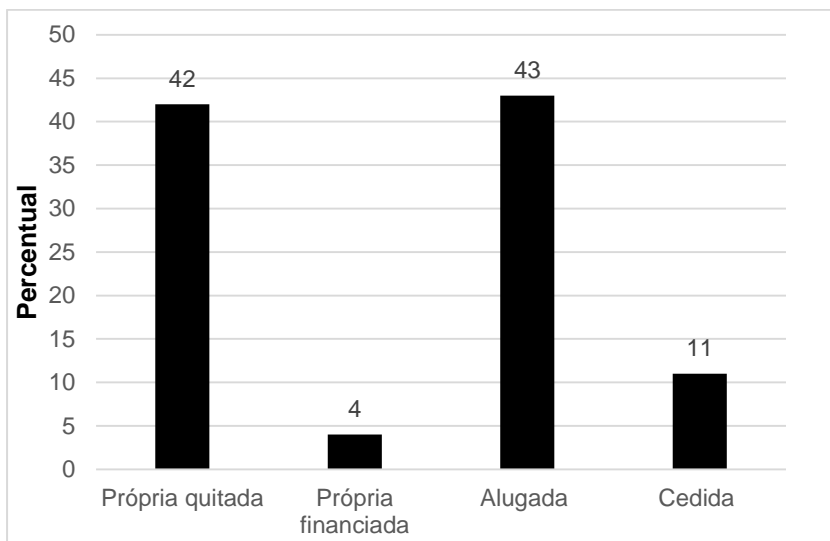


Gráfico 6: Distribuição da população por tipo de residência.  
 Fonte: SGE, CEF 404 de Samambaia, 2014

## NÚMERO DE PESSOAS NA FAMÍLIA

Tabela 7: Distribuição da população por número de pessoas na família

NÚMERO DE PESSOAS NA FAMÍLIA		
QUANTIDADE	QUANTIDADE	%
Uma	20	7
Duas	34	12
Três	53	19
Quatro	67	24
Cinco	56	20
Mais de 5	50	18

Fonte: SGE, CEF 404 de Samambaia, 2014

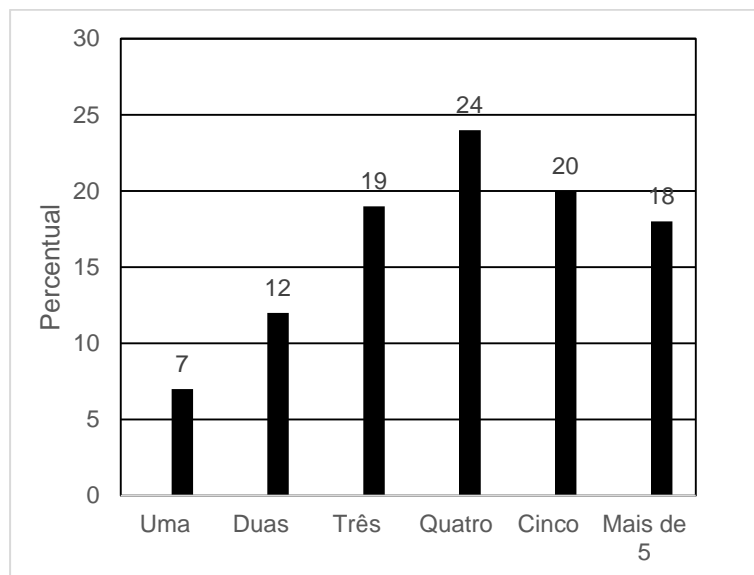


Gráfico 7: Distribuição da população por número de pessoas na família  
 Fonte: SGE, CEF 404 de Samambaia, 2014

## NÚMERO DE INTERRUPÇÕES DOS ESTUDOS

Tabela 8: Distribuição da população por nº de interrupções

NÚMERO DE INTERRUPÇÕES DOS ESTUDOS		
QUANTIDADE	QUANTIDADE	%
Nenhuma	67	24
Uma	56	20
Duas	56	20
Três	56	20
Quatro ou mais	45	16

Fonte: SGE, CEF 404 de Samambaia, 2014

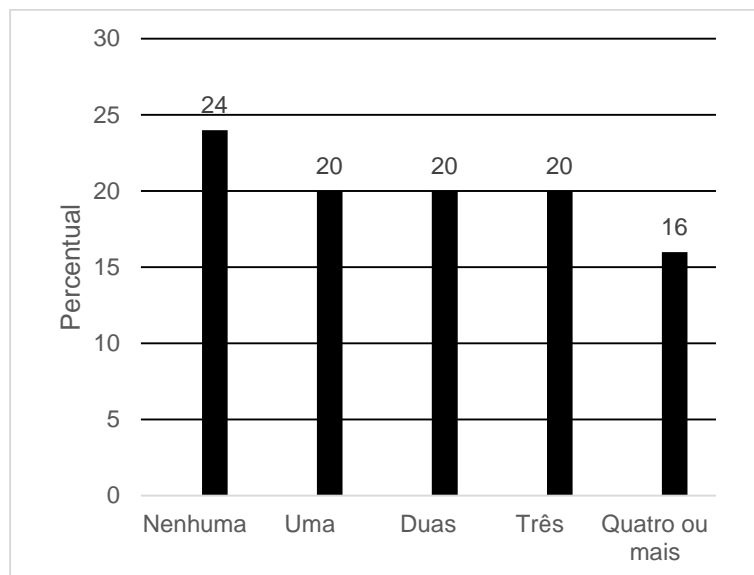


Gráfico 8: Distribuição da população por nº de interrupções.  
 Fonte: SGE, CEF 404 de Samambaia, 2014

## MOTIVO DA INTERRUÇÃO DOS ESTUDOS

Tabela 9: Distribuição da população por motivo da interrupção

MOTIVO DA INTERRUÇÃO DOS ESTUDOS		
MOTIVO	QUANTIDADE	%
Desinteresse	82	29
Gravidez	50	18
Trabalho	36	13
Reprovação	31	11
Cuidar de casa	25	9
Medo da violência	11	4
Cuidar dos filhos	28	10
Casamento	11	4
Uso de drogas	3	1
Prob. com a Justiça	3	1

Fonte: SGE, CEF 404 de Samambaia, 2014

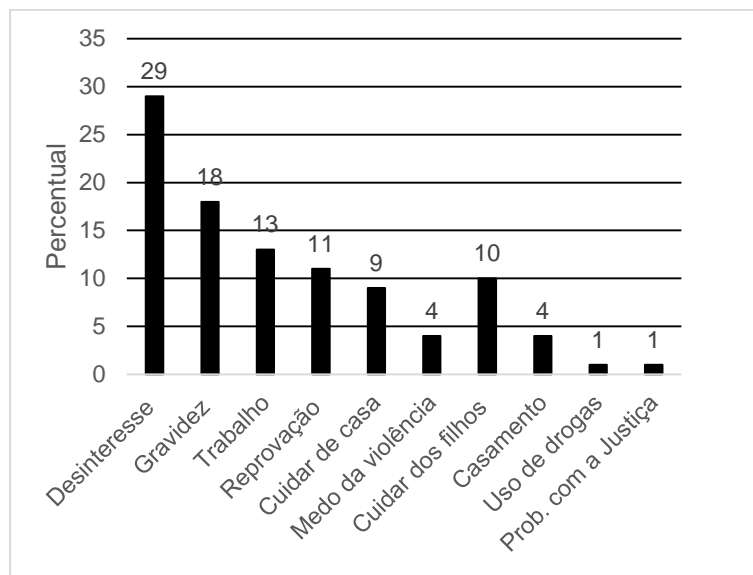


Gráfico 9: Distribuição da população por motivo da interrupção.  
 Fonte: SGE, CEF 404 de Samambaia, 2014

## ANÁLISE DOS DADOS

A análise das informações nos permite inferir que os estudantes da EJA do segundo segmento do CEF 404 de Samambaia encontram-se uniformemente distribuídos quanto ao sexo, sendo 51% do sexo feminino e 49% do sexo masculino.

A distribuição quanto a idade evidencia uma grande concentração de jovens na faixa dos 15 aos 17 anos, sendo de 34% e que na faixa etária acima dos 40 anos, encontram-se apenas 13% dos estudantes.

Quando analisamos o estado civil dos estudantes verificamos que os solteiros representam 61% da população o que reflete a baixa idade dos estudantes da EJA na escola; também o percentual de divorciados de 3% reflete além da baixa idade dos casados, reflete também certa estabilidade nos casamentos.

Outro dado que reflete a baixa idade dos estudantes de EJA do CEF 404 de Samambaia é a proporção de desempregados: 51% dos estudantes, isto inclui os estudantes que ainda não podem trabalhar a não ser na condição de aprendizes.

A análise da participação em programas do Governo evidencia um quadro de vulnerabilidade social acentuado porque 49% dos estudantes pertencem a famílias beneficiadas com programas do Governo.

Analisando o tipo de residência em que moram os estudantes percebe-se que 54% deles residem em casas alugadas ou cedidas o que nos leva a inferir que a maioria dos

estudantes encontra-se em condições de vulnerabilidade social, o que também é evidenciado com a análise do número de pessoas por família: 62% das famílias tem 4 ou mais pessoas.

A análise da proporção de alunos que interromperam os estudos mostra que 56% já passaram por duas ou mais interrupções, o que pode também estar associada à baixa idade dos alunos, e que são obrigados a interromperem os estudos por se casarem muito jovens e sem uma estrutura mínima para continuar estudando, tenham que optar pelo sustento da família. E, reforçando a ideia de que as interrupções estão associadas ao casamento ou ao cuidado com a casa, a análise dos motivos da interrupção dos estudos mostra que 41% das interrupções se devem ao casamento, à gravidez, ao cuidado dos filhos e aos cuidados da casa.

### **DESEMPENHO EM MATEMÁTICA EM 2013**

Este item não consta do instrumento usado para levantamento dos dados junto aos alunos do segundo segmento da EJA do CEF 404 de Samambaia; as informações foram obtidas junto à CGE em 31 de março de 2014.

Tabela 10: Distribuição da população por desempenho em Matemática em 2013

DESEMPENHO EM MATEMÁTICA EM 2013		
DESEMPENHO	QUANTIDADE	%
Aprovação	120	43
Reprovação	34	12
Abandono	126	45

Fonte: SGE, CEF 404 de Samambaia, 2014



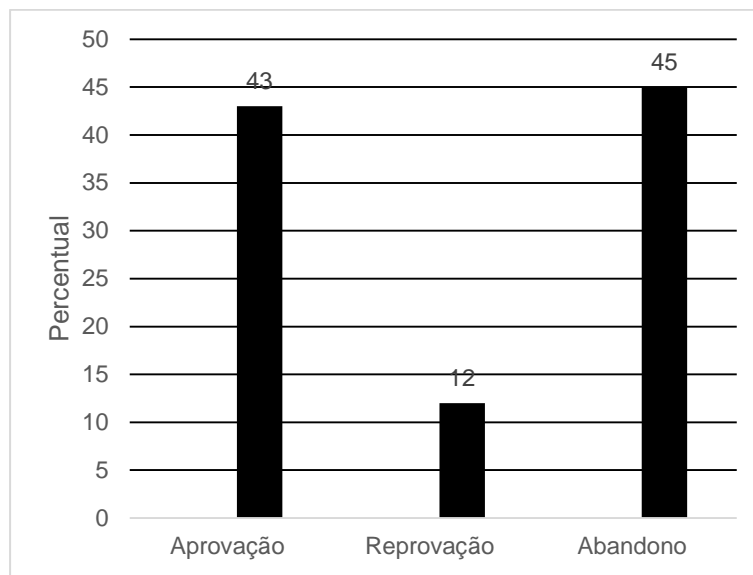


Gráfico 10: Distribuição da população por desempenho em Matemática em 2013  
 Fonte: SGE, CEF 404 de Samambaia, 2014

Diante deste quadro de desinteresse pela educação, abandono escolar e reprovação, a direção da escola juntamente com professores e coordenadores têm procurado levar à EJA diversos projetos de integração que possam criar vínculo entre a escola e os alunos. Dentre os projetos que têm sido levados aos alunos da EJA, destacam-se aqueles que visam contextualizar atividade lúdica com aprendizado, são eles:

- **Interagindo Saberes:** visa estimular a leitura e a escrita, e amenizar as dificuldades do educando quanto à interpretação, e a exposição oral de suas ideias, através da leitura e da escrita dos diversos gêneros de textos.
- **Vida e Saúde:** visa ministrar conteúdos que contemplem uma interação com as demais disciplinas, e ao mesmo tempo, atendam ao interesse dos alunos, dentro de uma filosofia de autoconhecimento e de construção do saber.
- **Ações Educativas Complementares:** tem como objetivo garantir, através de ações educativas extracurriculares, a permanência, o ingresso e o regresso de jovens, que se encontram em condições de desigualdade, discriminação e outras vulnerabilidades sociais, à escola.
- **Projeto JOTACON (Jogos, Talentos e Conhecimentos):** voltado para os alunos da EJA, objetiva, a despeito do que faz um projeto análogo no diurno, integrar e enriquecer o processo de ensino-aprendizagem por meio de atividades lúdicas.
- **Consciência Negra:** visa trabalhar em consonância com a data que remete à necessidade de valorizar as raízes do povo brasileiro, seus ancestrais, bem como conscientizar o público acerca de temas sensíveis como o preconceito e a discriminação. (PPP, 2011, p.16)



Figura 1: Alunos da EJA jogam xadrez na Jotacom, edição 2013. Fonte: SGE, CEF 404 de Samambaia

Como resultado de tanto esforço de integração com os alunos o CEF 404 de Samambaia tornou-se uma escola muito aberta à comunidade, chegando mesmo a ter dificuldade em controlar a entrada de pessoas na escola. Apesar do enorme esforço que a escola tem feito para evitar a entrada de pessoas estranhas na escola, a partir de março de 2014, a direção passou a exigir o uso do uniforme escolar para todos os estudantes da EJA.

Assim, o que poderia ser um fator muito positivo e desejável, se tornou um problema de difícil solução, principalmente porque a escola abriga, na modalidade EJA, alguns alunos que cumprem medidas socioeducativas e requerem um cuidado especial para que não sejam discriminados nem fujam dos limites disciplinares impostos pela escola.

## 2.5 - PERÍODO DE EXECUÇÃO

Início (mês/ano) Término

Agosto/2014

Junho/2015

### 3- AMBIENTE INSTITUCIONAL

Fundada em 1988, o CEF 404 de Samambaia foi a primeira escola urbana de Samambaia. Atende atualmente a cerca de 1600 alunos, distribuídos nos três turnos, nas modalidades de Ensino Fundamental, Classes de Correção de Fluxo, Educação Integral e EJA, 1º e 2º segmentos, e conta com uma boa estrutura de pessoal e de instalações:

O CEF 404 de Samambaia conta com um corpo docente composto por 63 professores regentes, 6 professores coordenadores distribuídos nos três turnos, 5 professoras readaptadas responsáveis pela sala de leitura, além de uma auxiliar igualmente readaptada nesta função. São 2 orientadores educacionais e mais 32 auxiliares em educação, dos quais 19 pertencem aos quadros da SEEDF e 13 são terceirizados.

A estrutura física da escola, é de construção recente, foi entregue à comunidade em maio de 2010, e oferece espaços adequados ao desenvolvimento das atividades da escola.

O CEF 404 de Samambaia possui 52 dependências físicas, assim distribuídas: 16 salas de aula, sendo uma delas destinada exclusivamente à educação integral, 2 salas de reforço, 1 sala de leitura, 1 sala de recursos, 1 sala para o SOE, 2 salas destinadas à Direção, 1 sala de professores, com copa conjugada, 1 sala de coordenação, 2 banheiros para professores, 1 sala de secretaria, 1 sala de reprografia, 1 cantina, 1 depósito de gêneros alimentícios, 1 sala para auxiliares de cantina e limpeza com 1 banheiro e 1 almoxarifado, 6 banheiros para alunos, sendo 2 deles adaptados, 2 laboratórios (1 de Informática e 1 de Ciências/Arte), 2 pequenos depósitos, 2 pátios cobertos, 1 quadra poliesportiva, 1 playground, 1 estacionamento interno, 1 guarita, 1 depósito para gás, 1 instalação para sistema hidráulico com caixa d'água. (PPP, 2011, p. 6).

Já havendo superado o problema da precariedade das instalações físicas, o Centro de Ensino Fundamental CEF 404 de Samambaia busca vencer os desafios da falta de motivação de boa parte dos alunos para aprender, conforme apontado pela direção:

Diante da análise das questões apresentadas, podemos dizer que nossa escola tem alguns desafios a superar e ainda não chegou ao seu objetivo maior, por vários motivos:

...a falta de interesse dos alunos em aprender, em participar da construção do conhecimento;

... (PPP; 2011, p.8):

Para que tal propósito seja cumprido a escola escolheu como princípio norteador de suas ações o alinhamento com tendências tecnológicas globalizantes do mundo do trabalho,

como o conceito de aprender a aprender:

... o momento é de assimilar uma nova tendência que se vincula através do aprender a aprender, construir saberes, a partir de referenciais atualizados, que compactuam com um mundo globalizado, mas centraliza o ser como agente determinante do conhecimento, que busca e encaminha-se para novos paradigmas educacionais: (PPP, 2011, p.10).

Comprometida com o nivelamento dos conhecimentos dos alunos, principalmente daqueles que vêm de outras escolas, a escola procura corrigir as defasagens de conhecimentos, através do trabalho com os pré-requisitos, para que ela possa adotar o princípio didático pedagógico que consiste em:

... criar situações favoráveis e significativas de aprendizagem, tendo a preocupação de verificar e observar qual a bagagem de conhecimentos que o aluno traz consigo. Neste contexto, o aluno torna-se construtor de seu próprio aprendizado, sendo ele o centro do processo. Quem realiza a aprendizagem é o aluno, cabendo ao professor o papel de ensinar a “aprender a aprender”, acessar informações, criar atitudes e procedimentos científicos e familiarizar-se com novas tecnologias, e a partir daí exercer a função de mediador mantendo uma relação interativa com esse aluno e o seu conhecimento. (PPP, 2011 p.11).

A intervenção que se propõe mostra-se adequada à escola, uma vez que, a construção do conhecimento baseada no princípio de aprender a aprender requer o nivelamento dos alunos mediante o cumprimento de todos os pré-requisitos.

#### **4- JUSTIFICATIVA E CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA**

A luta por igualdade em um estado democrático de direito, só pode ser travada dentro dos preceitos legais; por isto, optou-se por buscar os fundamentos legais que dão suporte à EJA para que a modalidade possa galgar plena isonomia em relação à educação regular. E, entre as desigualdades mais gritantes e de urgente solução é a redução do tempo de duração do curso, que se reduz à metade da carga horária oferecida à educação regular para séries análogas:

Art. 4º Quanto à duração dos cursos presenciais de EJA, mantém-se a formulação do Parecer CNE/CEB nº 29/2006, acrescentando o total de horas a serem cumpridas, independentemente da forma de organização curricular:

I - para os anos iniciais do Ensino Fundamental, a duração deve ficar a critério dos sistemas de ensino;

II - para os anos finais do Ensino Fundamental, a duração mínima deve ser de 1.600(mil e seiscentas) horas;

III - para o Ensino Médio, a duração mínima deve ser de 1.200. (mil e duzentas) horas. (Resolução CNE/CEB Nº 3, 2010).

Conscientes de que a EJA precisa assumir o formato de educação ao longo da vida, defende-se o seu funcionamento de tal forma que a modalidade possa se instrumentalizar para a solução de problemas relacionados não somente com a empregabilidade, mas também como instrumento para que jovens e adultos possam desafiar o mundo a sua volta como algo que se possa ler, interpretar e mensurar.

E, dentro desta visão de escola que aproxima as pessoas de oportunidades ilimitadas, propõe-se uma intervenção na disciplina de matemática, voltado para o mundo do trabalho, que requer que se ofereçam conteúdos e métodos condizentes com a realidade dos alunos da EJA para que eles possam experimentar os benefícios trazidos pela educação, que é algo que eles aspiram, como forma de exercício imediato da sua cidadania.

#### 4.1 FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei (CFB-88 Art. 5:II)

Um dos objetivos deste trabalho é traçar um percurso que permita a professores, diretores e coordenadores se inteirar sobre os fundamentos legais que estabeleceram a EJA no Distrito Federal, bem como conhecer o estágio em que o Brasil se encontra rumo a uma educação ao longo da vida que possa dar esperança aos brasileiros de que o quadro de mazelas sociais em que a sociedade se encontra mergulhada pode só ser revertido por meio do envolvimento de toda a sociedade com a educação; objetivo que se coaduna com os objetivos da Comunidade de Trabalho/Aprendizagem em rede na Diversidade (CTARD): “Discutir a EJA no Brasil e no mundo partindo do contexto histórico; apresentar e discutir a

legislação em vigor que normatiza a EJA; ...”(CTARD - Comunidade de Trabalho/Aprendizagem em rede na Diversidade, 2013, p. 3).

Ao escolher esta abordagem de evidenciar o percurso feito desde a concepção da educação como direito humano, até o ato administrativo que dá forma à modalidade de educação EJA, no Distrito Federal, considerou-se que muitos professores, diretores e coordenadores, possam não haver recebido formação escolar, ao longo da sua graduação, que lhe permita conhecer leis, normas e princípios filosóficos que norteiam uma dada modalidade de educação, e, em especial da EJA.

Uma segunda justificativa para tal abordagem é oferecer subsídio a professores que se vejam diante da necessidade de fazerem intervenções válidas sobre a EJA e não saibam por onde começar, porque não basta que o professor tenha vontade de mudar o que considera importante ser mudado; ele precisa observar toda a estrutura legal vigente no País sobre a matéria considerada, para que ele possa apresentar um plano de intervenção válido.

Também é importante que se diga que a intervenção proposta sobre o ensino de matemática na EJA do CEF 404 Samambaia não afasta a necessidade de se pensar globalmente enquanto age localmente, uma vez que a realidade da EJA no Distrito Federal e no Brasil está em permanente discussão, conforme atestam os trabalhos preparatórios para a iminente II Conferência Nacional de Educação (CONAE). E, que a intervenção aqui proposta, visa despertar o interesse dos alunos pela Matemática: “A melhor maneira de criar interesse numa matéria é fazer com que valha a pena estudá-la. Vale dizer, tornar os conhecimentos obtidos de utilidade além do estudo em si.”(RICHMOND, 1975, p. 81).

Por se tratar de uma realidade em constante transformação, é importante frisar, que neste trabalho não se fez um histórico da EJA no Brasil, nem serão considerados documentos, cuja vigência já expirou ou que seu conteúdo tenha sido absorvido pelos mais recentes. Serão considerados apenas os diplomas legais que dão suporte à educação e em especial à EJA, aos objetivos da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), ao documento final da I CONAE, a Resolução CNE/CEB 3/2012, que institui as diretrizes operacionais para a EJA nos aspectos relativos à duração dos cursos, e aos demais documentos que tratam do estabelecimento e funcionamento da EJA no Distrito Federal. Como quatro anos já se passaram desde a edição do documento final da I CONAE, muito esforço já foi despendido para que a II CONAE possa trazer melhoras para a educação brasileira; o que deve acontecer também em relação à EJA, o que está sendo tratado como perspectivas futuras.

#### 4.1.1 A Educação como direito universal da pessoa humana

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, logo após a II Guerra Mundial, e no início da construção de uma família humana com direitos iguais e inalienáveis, fundada na liberdade, na justiça e na paz. Ressalta-se que a DUDH, logo no seu preâmbulo, considera que o ideal nela contido só pode ser alcançado através do ensino e da educação:

... ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição. (DUDH – Preâmbulo).

Por isto, as pessoas precisam receber educação ao longo da vida para que se tornem participantes dos benefícios advindos de tais ideais; e, para que os inúmeros problemas sociais existentes no Brasil possam ser sanados é preciso que as recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) sejam acatadas pelo Estado brasileiro, não na forma de uma aceitação tácita, por se tratar de algo obviamente aceitável, mas com observância real e plena das recomendações e aferição dos resultados alcançados ou não.

O direito a tratamento igualitário é um dos pilares da DUDH, e, no que concerne à educação, o Estado brasileiro precisa atentar para a realidade dos pobres, que são pobres porque nunca lhes foi oferecida uma educação de qualidade.

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. (DUDH, Art. 7).

Considera-se oportuno ressaltar que a discriminação contra a EJA vai do reduzido tempo de duração dos cursos, da alfabetização ao ensino médio, à falta de materiais didáticos definidos para a modalidade; assim, cada professor decide o que ensinar ou não ensinar, sem levar em conta o Plano Nacional de Educação (PNE), previsto na Constituição Federal do Brasil de 1988 (CFB-88), confirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de

1996 (LDB-96) e elaborado pela I CONAE.

E, finalmente, a DUDH, no seu artigo 26, trata mais explicitamente da educação escolar como direito universal da pessoa humana; o que vem a ser um direito sem o qual é impossível alguém exercer os demais direitos contidos na declaração.

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz; (DUDH, Art. 26:1-2).

Como os ideais contidos na DUDH foram totalmente contemplados pela CFB-88, entende-se que os professores, diretores e coordenadores e a comunidade escolar como um todo possam se firmar na Lei Maior para lutar pela legitimidade do direito à educação contido na DUDH.

Neste trabalho considera-se que a luta do professor em liderar movimentos em favor de uma educação de qualidade não pode ser apenas a participação dele e da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola, mas, a mobilização da sociedade para que ela pressione o Poder Público para que as leis que tratam da educação escolar sejam cumpridas, sem discriminação.

#### 4.1.2 A Educação como direito constitucional

Para que professores, diretores e coordenadores e a comunidade escolar como um todo possam se manifestar livremente com vistas à intervenção na educação, é preciso que as ações sugeridas ou implementadas estejam de acordo com a CFB-88, que declara a educação ser um direito social:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (CFB-88, Art. 6º).

Como a intervenção que se propõe para a modalidade de educação EJA no CEF 404 de



Samambaia está diretamente relacionada ao impacto que esta modalidade de educação poderá produzir sobre a ordem social brasileira, considera-se que o legislador não deixou nenhuma margem de dúvida sobre o caminho a ser seguido na busca do bem-estar e da justiça social; o trabalho: “A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.” (CFB-88, Art. 193).

Por ser voltada principalmente a estudantes trabalhadores a educação ao longo da vida mostra-se adequada para atender ao que preceitua a CFB-88 sobre a educação como um todo, principalmente no que concerne à responsabilidade por promovê-la:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CFB-88, Art. 205).

Como o texto constitucional afirma que a educação é dever primeiramente do Estado, é preciso que todas as pessoas envolvidas com ela entendam que a educação escolar é uma atividade do Estado e como tal precisa ser gerida, avaliada e auditada com vistas a um padrão de qualidade digna do esforço fiscal despendido pela sociedade brasileira.

E, os grandes objetivos a serem perseguidos por toda a sociedade brasileira, no que concerne à educação, principalmente à EJA, são os de igualdade de acesso e permanência e de qualidade:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:  
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;  
VII - garantia de padrão de qualidade. (CFB-88, Art. 206: II, VII)

São inegáveis os esforços despendidos pelas autoridades brasileiras em favor da universalização e da qualidade na educação, mas a modalidade EJA ainda se encontra em um patamar distante do desejável, tanto em universalização quanto em qualidade, no entanto, a modalidade ainda está sendo discutida na II CONAE de 2014. Então espera-se que as deliberações a seu respeito possam aproximá-la de uma verdadeira forma de educação ao longo da vida.

#### 4.1.3 A Educação de Jovens e Adultos na Lei 9394/1996

A Lei 9394/1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; e já no seu Art. 1º, define seu escopo e aponta para o seu propósito:

§ 1º. Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (LDB-96, Art. 1, § 1º e § 2º)

Portanto, o educador precisa ter sempre em mente que as pessoas precisam ser educadas para exercerem uma profissão que seja socialmente relevante, não só para o trabalhador mas para a sociedade como um todo.

Como se não bastasse a força constitucional, em ressaltar a importância da igualdade de condições para todos na educação e da qualidade, também a LDB-96, no seu Art. 3º, inclui os dois princípios, entre outros:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

...

IX - garantia de padrão de qualidade;

... (LDB-96, Art. 3 I;IX)

E, em se tratando especificamente da EJA, a LDB-96 flexibiliza o funcionamento da modalidade para se adequar às condições do trabalhador sem abrir mão das condições de igualdade de acesso e permanência e da qualidade:

...

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola; (LDB-96, Art. 4º, VII).

Conforme visto até aqui, a LDB-96 não preconiza uma EJA como forma de educação ao longo da vida; esta transformação precisa ser conquistada passo a passo, mediante a compreensão da sociedade de que a educação precisa ser permanente e em constante mudança para que possa refletir as necessidades da sociedade: "A Educação Permanente não é um discurso completo, acabado; sua história apenas começa."(GADOTTI, 1984, p. 29). E que a educação ao longo da vida que se constrói seja adequada para a superação das desigualdades sociais, da violência, do consumo de drogas e de muitas outras mazelas sociais que tanto afligem a sociedade brasileira.

#### 4.2 AS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (UNESCO),

tem organizado uma série de conferências internacionais, para discutir cooperativamente a EJA ao redor do mundo. Tais conferências ocorrem a cada 12 ou 13 anos, desde 1949, e a última a se realizar foi a VI CONFINTEA, organizada em Belém – Pará, em dezembro de 2009 e teve seus objetivos publicados no documento intitulado Marco de Ação de Belém em abril de 2010.

#### 4.2.1 A VI CONFINTEA – Marco de Ação de Belém 2009

Neste trabalho não se propõe fazer um histórico dos objetivos de todas as CONFINTEA, desde a primeira realizada na Dinamarca, em 1949, mas apenas demonstrar que a EJA, ou educação ao longo da vida, não é uma preocupação apenas do governo brasileiro, mas, uma forma de educação vital para a manutenção do equilíbrio social nos inúmeros países que a adotam.

Para que se possa avaliar a importância da EJA, como forma de educação ao longo da vida, ela está sendo aplicada como filosofia de educação ao longo da vida para enfrentar os grandes desafios do século XXI, tais como preparação de mão de obra para o mercado de trabalho, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ambiental, resolução de conflitos e respeito à diversidade.

Como cada nova CONFINTEA representa um avanço em relação à anterior, serão consideradas neste trabalho, apenas os objetivos e recomendações sobre EJA, feitas no Marco de Ação de Belém, da VI CONFINTEA, em cuja apresentação se justifica, ao mesmo tempo em que se define:

O esforço que a VI CONFINTEA representa somente se justifica na melhoria de acesso a processos de educação e aprendizagem de jovens e adultos de qualidade e no fortalecimento do direito à educação ao longo da vida para todos. (VI CONFINTEA, Marco de Ação de Belém, 2010, p. 3).

É impossível negar que os representantes brasileiros tenham dado o melhor de si e se esforçado para sediar a VI CONFINTEA, mas soa um tanto exagerada a afirmação que durante a preparação da conferência foi discutido o estado da arte da educação de jovens e adultos no Brasil, e se deixou de fora da discussão a necessidade de ampliação da carga horária reservada à modalidade. É preciso que o educando permaneça na escola pelo tempo que for necessário para que ele adquira habilidades de ler o mundo: “Numa visão crítica, as coisas se passam diferentemente. O que estuda se sente desafiado pelo texto em sua

totalidade e seu objetivo é apropriar-se de sua significação profunda.”(FREIRE, 1981, p. 8). Diferentemente do que ocorre em um contexto em que todos os conteúdos precisam ser abreviados, não há lugar para apropriação de significação profunda.

Com justificado entusiasmo, o conferencista descreve os passos seguidos para a confecção de um documento digno de apreciação pela comunidade internacional por vias da sua incorporação à documentação da UNESCO:

O Brasil não apenas foi o primeiro país do hemisfério sul a sediar uma CONFINTEA, mas também, junto aos Fóruns Estaduais de Educação de Jovens e Adultos, mobilizou milhares de pessoas em encontros estaduais, regionais e nacional para discutir o estado da arte em educação de jovens e adultos no Brasil, incorporada no documento de base apresentado à UNESCO. (VI CONFINTEA, Marco de Ação de Belém, 2010, p 3).

E, ainda que se possa considerar exagerado o emprego da expressão “estado da arte”, por parte dos representantes brasileiros, não se pode negar o privilégio pelo fato de haveremos sediado a conferência. O que se espera é que tal visibilidade conferida ao nosso País possa trazer consigo a responsabilidade pela construção de uma sociedade do conhecimento, através da conscientização de toda a população brasileira, para a importância da aprendizagem ao longo da vida; experiência que certamente foi compartilhada por participantes estrangeiros.

#### 4.2.2 A Alfabetização e a aprendizagem ao longo da vida

A falta de compreensão do que seja educação ao longo da vida pode conduzir à ideia de que alfabetização seja apenas um esforço para que uma pessoa não alfabetizada aprenda a reconhecer as letras do alfabeto e seja treinada a escrever algo tão usual quanto o próprio nome. Tal esforço, quando muito, melhoraria as estatísticas do País sobre o número de analfabetos, caso nesse número não estejam incluídos os analfabetos funcionais.

Sobre a importância da alfabetização, os conferencistas da VI CONFINTEA, através do Marco de Ação de Belém, assim se pronunciam: “Afirmamos que a alfabetização é o alicerce mais importante sobre o qual se deve construir aprendizagens abrangentes, inclusivas e integradas ao longo de toda a vida para todos os jovens e adultos.” (VCONFINTEA, Marco de Ação de Belém, Objetivo 4, 2010, p.6).

Analisando-se o texto, percebe-se que os conferencistas comparam a educação ao longo da vida a uma construção; uma construção que se ergue sobre um alicerce; eis porque o alicerce da alfabetização é considerado tão importante.

A alfabetização é importante se puder se integrar a uma EJA na qual ensine-se a aprender, e acima de tudo ensine-se a importância de aprender. Um aprendizado com propósito, um aprendizado que conduza ao conhecimento do mundo através da leitura; uma leitura não dirigida, apenas mediada. Um aprendizado paciente, sem preocupação com o tempo, sem relação com a idade do educando nem com o estágio do aprendizado em que se encontra; um aprendizado que se justifique pelo amor à educação, à escola, e ao Brasil: este precisa ser o propósito da EJA no Brasil.

Como os conferencistas brasileiros, que nos representaram na VI CONFITEA, declararam haverem discutido o estado da arte da EJA para o Brasil, na preparação para a conferência, espera-se que tenham percebido a enorme discrepância existente entre o que possa significar educação ao longo da vida, por toda a vida, e o reduzido tempo de permanência na escola à metade de um tempo de permanência que se deseja que seja cada vez mais longo, como é o caso das propostas de educação integral, em marcha no Brasil para a modalidade regular.

Ao considerar o tipo de EJA que temos hoje, no Brasil, fica difícil pensar em educação ao longo da vida, tal como definido pela VI CONFITEA:

Reconhecemos que aprendizagem e educação de adultos representam um componente significativo do processo de aprendizagem ao longo da vida, envolvendo um continuum que passa da aprendizagem formal para a não formal e para a informal. (VI CONFITEA, Marco de Ação de Belém, Objetivo 8, 2010, p. 6).

E a maior dificuldade de pensar em aprendizagem ao longo da vida, em um contexto de EJA, e extensível às demais modalidades, está no fato de não se haver criado uma cultura de fé na educação, arraigada na sociedade, e na péssima qualidade da EJA oferecida aos pobres, que por mais que sejam pobres não são bobos, sabem, por experiência própria, que educação sem qualidade não os tira da miséria nem das inúmeras mazelas em que vivem mergulhados.

Sem uma cultura de fé na educação:

Falta incentivo dos pais para que os filhos frequentem a escola e falta incentivo da escola para que os alunos nela permaneçam. Como a escola não tem um ambiente social real nem atividade integrada, nem sistema

pedagógico, nem entusiasmo, a criança não traz de casa o que não encontrará na escola, cria-se o ciclo vicioso. Falta apoio concreto de setores privilegiados da sociedade, falta um projeto sério e consistente do governo para mudar a realidade educacional que nos envergonha. (CHALITA, 2001, p. 63).

Felizmente, inúmeros conferencistas de outros países participaram da VI CONFINTEA e puderam incorporar suas experiências bem sucedidas em educação ao longo da vida bem como expressar a sua fé em educação continuada, como um prosseguimento da EJA, tal como expresso no objetivo abaixo:

Estamos convencidos e inspirados pelo papel fundamental da aprendizagem ao longo da vida na abordagem de questões e desafios globais e educacionais. Além disso, estamos convictos de que aprendizagem e educação de adultos preparam as pessoas com conhecimentos, capacidades, habilidades, competências e valores necessários para que exerçam e ampliem seus direitos e assumam o controle de seus destinos. Aprendizagem e educação de adultos são também imperativas para o alcance da equidade e da inclusão social, para a redução da pobreza e para a construção de sociedades justas, solidárias, sustentáveis e baseadas no conhecimento. (VI CONFINTEA, Marco de Ação de Belém, Objetivo 9, 2010, p.7).

Este é tipo de experiência que precisa ser buscado para que os gastos com EJA, no Brasil, sejam considerados investimento de alto retorno e não sejam considerados despesas não recuperáveis.

#### 4.2.3 Equidade, participação e inclusão social

Espera-se que os objetivos pactuados na VI CONFINTEA representem um diálogo do educador brasileiro com a comunidade internacional, através de representantes da EJA, dos inúmeros países participantes.

Como as bases para a educação brasileira foram aprovadas pela I Conferência Nacional de Educação (I CONAE), cujo documento final será analisado oportunamente, considera-se importante estabelecer uma comparação entre os educandos da EJA, elencados na VI CONFINTEA, e os educandos da EJA considerados na I CONAE.

Então, vejamos quem são os educandos da EJA, de acordo com a VI CONFINTEA:

A educação inclusiva é fundamental para a realização do desenvolvimento humano, social e econômico. Preparar todos os indivíduos para que desenvolvam seu potencial contribui significativamente para incentivá-los a

conviver em harmonia e com dignidade. Não pode haver exclusão decorrente de idade, gênero, etnia, condição de imigrante, língua, religião, deficiência, ruralidade, identidade ou orientação sexual, pobreza, deslocamento ou encarceramento. (VI CONFINTEA, Marco de Ação de Belém, Objetivo 15, 2010, p.11).

A partir da análise do texto, percebe-se que o conferencista da VI CONFINTEA elenca todas as condições de exclusão consideradas pelo conferencista da I CONAE, uma delas, porém, nos falta e é, sem sombra de dúvida a mais importante causa de exclusão do sujeito da EJA no Brasil: a pobreza.

No documento final da I CONAE, Eixo VI – Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade, percebe-se uma clara ênfase ao atendimento às reivindicações aos educandos pertencentes a movimentos sociais de caráter identitário, tal como expresso a seguir:

Os movimentos sociais, sobretudo os de caráter identitário, são os principais atores políticos que problematizam essa situação. São os coletivos políticos, tais como os movimentos negro, feminista, de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transsexuais e transgêneros (LGBT), das pessoas com deficiência, ecológico, do campo, indígena, quilombola, dos povos da floresta, das comunidades tradicionais, dentre tantos que problematizam e denunciam o caráter de neutralidade ainda imperante nas políticas públicas. (I CONAE, Documento Final, 2010, p.127).

Com este comentário não se pretende desconstituir a legitimidade dos movimentos sociais de caráter identitário, mas alertar para a realidade da sala de aula da EJA, sobretudo nas periferias das grandes cidades brasileiras; em tais ambientes, poucos são os educandos que não sejam afetados pela pobreza, e uma pobreza decorrente principalmente da ignorância.

Portanto, é urgente que se pense em um Brasil que precisa incluir socialmente os seus pobres, que precisa refletir sobre a violência, o consumo de drogas e a delinquência de toda a sorte, que tem sido o caminho encontrado por um imenso contingente de excluídos que não vê nenhuma diferença entre viver e morrer, mas é humano o bastante para extravasar seu sentimento de vingança.

Como este trabalho foca muito fortemente na igualdade de acesso e permanência e na qualidade da EJA oferecida no Brasil, considera-se importante mencionar um numeroso contingente de pessoas com carência múltiplas que precisa ser atendido, dentro dos padrões de qualidade universalmente aceitos. Estes estão mencionados na VI CONFINTEA, conforme segue: “... prever e atender grupos identificados com trajetórias de carências múltiplas,

especialmente no início da idade adulta;” (VI CONFINTEA, Marco de Ação de Belém, Objetivo 15-c, 2010, p.11).

São jovens a quem nunca foi ensinado o valor da educação; muitos desses jovens são criados nas ruas das periferias das grandes cidades, desde a infância muito tenra, e quando tais jovens chegam à escola, dificilmente se identificam com ela; por não saberem porque precisam frequentar a uma escola, por não se identificarem com ela, são reprovados, anos após anos; quando, então, começam a ser desinteressante para a escola regular em razão da idade, então são encaminhados à EJA para continuar seus estudos.

É preciso prevenir este fenômeno social, inculcando na sociedade a importância da educação, sob pena de termos que trabalhar uma inclusão social não somente difícil, mas impossível.

#### 4.2.4 Qualidade em EJA

Como os educandos da EJA representam todas as gerações; entre eles encontram-se jovens desde a idade dos 15 anos, até idosos, considera-se que o grande conteúdo da EJA seja a consciência do valor da educação que deve ser construído por camadas: o jovem incentivando a criança, o adulto incentivando a criança e o jovem e o idoso incentivando o adulto o jovem e a criança.

Este trabalho não discute técnicas de alfabetização, mas considera-se de suma importância, que, uma vez que o educando aprenda a ler, ele possa usar esta habilidade para descobrir, a partir do texto, o significado de tudo o que leia. Sendo assim, é imprescindível que cada sala de aula seja transformada em uma sala de leitura e que os professores de todas as disciplinas se tornem mediadores da compreensão do texto, levando ao educando os contextos necessários para a compreensão do que é lido, ou trabalhando com o pré-requisito necessário para a compreensão do texto, em se tratando de ciências exatas.

Como a intervenção que se propõe é sobre a disciplina de matemática, considera-se que o segundo segmento da EJA seja uma excelente fase da modalidade para que o estudante possa apropriar-se de conhecimentos que lhe conduza à Física, à Química, à Biologia, à Estatística e às ciências sociais tão dependentes de representações para que possam ser lidas e compreendidas no contexto da educação para a vida.

Além de cumprir com os pré-requisitos de matemática, a intervenção proposta ao CEF 404 de Samambaia abre caminhos para que o estudante da EJA, naquela escola, possa ter acesso à matemática acadêmica, tão dependente de uma base sólida do ensino fundamental;



o que corresponde ao segundo segmento da EJA.

Precisamos ensinar aos nossos jovens e adultos a se tornarem cada vez mais autônomos quanto às suas opções de leitura do mundo à sua volta. Não podemos mais aceitar uma educação em que o professor prepara todo o texto, resume, copia no quadro e exige que os alunos copiem e façam provas sobre aqueles conteúdos, dos quais eles não tiveram qualquer participação na construção.

É preciso que o estudante aprenda a partir dos textos que leem, que tenham liberdade para se posicionar diante do que leem. Que igualmente possam fazer da matemática o uso que lhe parecer mais conveniente, sem as amarras de conceitos preconcebidos pelo professor, seja sobre a ideologia dominante, seja pelo desmascaramento dela, porque a educação precisa dialogar com estas duas realidades, porque: “Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia dominante.” (FREIRE, 1996, p.38).

É neste exercício prazeroso de descoberta do mundo que o educando decide investir seus próprios recursos em educação, sejam recursos de esforço pessoal, sejam recursos financeiros, não só para si próprio como para toda a família; ele irá considerar que não existe educação cara, se comparada com o preço a ser pago pela ignorância.

É assim que se constrói uma sociedade do conhecimento: ensinando primeiramente o valor da educação a todos. E, quando cada educando se torna em um elemento multiplicador da convicção do valor da educação, a demanda por educação de qualidade cresce enormemente, aí vem a convicção de que vale a pena investir em educação de qualidade e a sociedade começa a partilhar da responsabilidade pela educação, assumindo encargos que não assumiria se não tivesse tal consciência.

É inegável que a ideia de conscientização da sociedade para que sejam feitos investimentos pessoais na educação remete ao conceito de mercado, amplamente amparado pela CFB-88: “O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal.” (CFB-88, Art. 219). E esta é a forma mais democrática de a sociedade participar da educação, deixando para o Estado o atendimento às pessoas com menor poder aquisitivo.

Do mesmo modo, também é inegável que a EJA não possa ficar nas mãos da iniciativa privada; o que se projeta como perspectiva de sociedade consciente sobre o valor da educação, é que a EJA prepare jovens e adultos para que eles avancem além dos níveis de

alfabetização, fundamental e médio, e que os governantes possam investir nesta modalidade de educação sem as amarras das restrições orçamentárias.

É inegável que uma educação de qualidade que conduza o educando ao exercício da cidadania e para o mundo do trabalho também traga consigo transformações sociais decorrentes do empoderamento dos indivíduos e conseqüentemente das comunidades, tal como expresso na VI CONFINTEA:

A qualidade na aprendizagem e educação é um conceito e uma prática holística, multidimensional e que exige atenção constante e contínuo desenvolvimento. Promover uma cultura de qualidade na aprendizagem de adultos exige conteúdos e meios de implementação relevantes, avaliação de necessidades centrada no educando, aquisição de múltiplas competências e conhecimentos, profissionalização dos educadores, enriquecimento dos ambientes de aprendizagem e empoderamento de indivíduos e comunidades. (VI CONFINTEA, Marco de Ação de Belém, Objetivo 16, 2010, p.12).

Como as CONFINTEA ocorrem a cada 12 ou 13 anos, espera-se que o Marco de Ação de Belém não seja esquecido pelas autoridades brasileiras responsáveis pela implementação dos objetivos nele pactuados; que nossos congressistas possam, daqui há alguns anos, representarem o Brasil na VII CONFINTEA e que possam apresentar a nossa EJA não como o estado da arte da educação de jovens e adultos mas como uma modalidade de educação com propósito, e mais coerente com as realização de países cujas economias tenham a magnitude da nossa.

#### 4.3 - I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (I CONAE)

Ao discutir os objetivos da VI CONFINTEA, tratou-se da EJA como educação ao longo da vida, em nível internacional, incluindo-se aí o Brasil como país participante e signatário do cumprimento dos objetivos nela consignados.

Neste tópico serão discutidas as políticas para EJA contidas na I CONAE realizada em 2010, com o objetivo de construir o PNE, previsto na CFB-88:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;

- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.
- VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (CFB-88, Art. 214)

O Documento Final da I CONAE foi organizado levando-se em conta seis eixos, que serão discutidos neste trabalho, no entanto, serão analisados com maior ênfase os quatro objetivos que mais diretamente se relacionam com a construção de uma EJA que possa ser a forma de educação ao longo da vida, para o Brasil; e tais eixos são:

- I - Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade: Organização e Regulação da Educação Nacional;
- II - Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação;
- III - Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar;
- ...
- VI - Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade. (I CONAE, Documento Final, 2010, p.14)

#### 4.3.1 Papel do Estado na garantia do direito à educação de qualidade:

Cada eixo que será discutido levará em conta que seus objetivos são compromissos assumidos com a educação, e que a conferência foi organizada com poder constitucional de organizar a educação brasileira de modo a contemplar os anseios do povo brasileiro. Como se pretende tratar especificamente da EJA e a necessidade de sua transformação em uma verdadeira forma de educação ao longo da vida, capaz de eliminar as mazelas sociais que tanto nos afligem, dentre elas a desigualdade social, que acaba sendo fruto de uma distribuição de renda que nunca foi minimamente equalizada pela educação: “Historicamente, o Brasil tem se caracterizado como um país com frágeis políticas sociais o que lhe imprimiu dois traços marcantes: uma das maiores desigualdades sociais em convívio com uma das mais altas concentrações de renda do mundo.” (I CONAE, Documento Final, 2010, p.19).

A desigualdade social e a alta concentração de renda não podem ser combatidas por leis que elevem drasticamente os tributos sobre os ricos e repassem tais recursos para os pobres; o combate a tais mazelas só pode ser travado com sucesso se os investimentos em educação se destinarem a preparar os educandos para o trabalho, mediante um esforço coordenado e articulado com o mundo do trabalho.

Não se pode negar que a I CONAE reflita preocupações com os excluídos, mas também é perceptível que tal preocupação não se embasa em um projeto palpável de educação de jovens e adultos que seja e visível aos olhos da sociedade; tudo fica muito circunscrito à

esfera do Estado; não é isto que a CFB-88 nem a LDB-96 preceituam.

É preciso que o Estado, faça uma opção absoluta pela educação dos pobres; um projeto que os eduque desde a mais tenra infância até a inclusão deles no mundo do trabalho. É preciso dar propósito econômico à educação; não dá para pensar em uma educação ornamental. É preciso inculcar nas mentes das pessoas uma moral social baseada no valor do trabalho e na justiça social decorrente dele. É preciso esquadrihar cada recanto do Brasil na busca de pessoas que possam ser incluídas por meio de uma educação de qualidade, e não concentrando esforços apenas em determinadas áreas: “Assim, os esforços prioritários do Sistema Nacional de Educação para a educação básica devem se voltar para as regiões com baixo IDH, entre outros indicadores, no sentido de serem cumpridas as metas do Plano Nacional de Educação.” (I CONAE, Documento Final, 2010, p.30).

O território de ação da educação precisa ser analisado sob uma ótica microcós mica para detectar as necessidades em nível da residência e da escola. Assim, a oferta de educação gratuita e de qualidade precisa ser disponibilizada apenas para aquelas pessoas que realmente precisam. Desta forma, a educação regular em escolas particulares precisa ser incentivada, até que se atinja um nível de educação da sociedade que não demande tantos recursos públicos para a promoção da educação básica aos pobres.

E, a escola pública também precisa se mobilizar para que seu trabalho seja auditado de modo individual, com vistas à melhoria da qualidade da educação. E, que a auditoria seja feita ao trabalho da escola e do professor e às condições de trabalho de ambos, porque não há qualidade de educação sem um sistema avaliativo adequado.

O Sistema Nacional de Educação deve prover: “s) Processos avaliativos voltados para a identificação, monitoramento e solução dos problemas de aprendizagem e para o desenvolvimento da instituição educativa.” (I CONAE, Documento Final, 2010, p.33).

Apresenta-se esta proposta com o objetivo de que o professor seja o ator principal da escola, como o médico é do hospital e o jornalista é da comunicação; fora disto é imposição de agentes externos que só tem contribuído para afastar o professor do verdadeiro papel de ensinar ou administrar com responsabilidade, levando em conta a diversidade das ideias nutridas por educandos expostos a textos reflexivos e críticos cujos conteúdos sejam historicamente consistentes e expressem a verdade.

Se a reprodução da ideologia dominante implica, fundamentalmente, a ocultação de verdades, a distorção da razão de ser de fatos que, explicados, revelados ou desvelados trabalhariam contra os interesses dominantes, a

tarefa das educadoras e dos educadores progressistas é desocultar verdades, jamais mentir. A desocultação não é de fato tarefa para os educadores a serviço do sistema. (FREIRE, 2001, p.48).

Portanto, é este tipo de profissional comprometido com a verdade que todo professor precisa ser, porque existe uma sociedade que financia as atividades do Estado e espera dele um retorno que possa ser traduzido na forma de justiça social.

#### 4.3.2 Qualidade da educação, gestão democrática e avaliação

A análise deste segundo eixo é de fundamental importância para a EJA porque aferir qualidade em EJA é um processo que requer um olhar individualizado para cada sala de aula, para cada professor e para cada aluno.

Por isto, é importante que o conferencista da I CONAE tenha percebido que a instituição educativa produz e dissemina saberes historicamente produzidos pela humanidade.

Como o verbo produzir traz certa conotação de fazer, quem produz entrega. Portanto, é justo considerar que a instituição educativa tenha por finalidade entregar à sociedade indivíduos educados, segundo saberes histórica e universalmente aceitos:

As instituições educativas situam-se como espaços de produção e de disseminação, de modo sistemático, do saber historicamente produzido pela humanidade. É fundamental, portanto, não perder de vista que qualidade é um conceito histórico, que se altera no tempo e no espaço, vinculando-se às demandas e exigências sociais de um dado processo. (I CONAE, Documento Final, 2010, p.46).

Convém ressaltar, que a definição do conferencista sugere uma dinâmica no conceito de qualidade; o conceito de qualidade sendo vinculado às demandas e exigência sociais. É a educação sendo reconhecida como processo, algo que transforma de modo mensurável; porque não é possível avaliar a qualidade do que não é medido.

Portanto, a EJA como filosofia de aprendizagem ao longo da vida precisa ser adequada para que consiga aproximar da escola todas as gerações; ainda que a relação com algumas pessoas não tenha a ver com uma matrícula ou com a obrigatoriedade de frequência diária, mas uma relação de aprendizagem flexível, onde o educando ao mesmo tempo em que aprende ensina.

#### 4.3.3 Democratização do acesso, permanência e sucesso escolar

A EJA precisa ser pensada de uma maneira diferente; ela precisa se desvencilhar de certos padrões da escola regular que espera que o aluno se matricule em certo número mínimo de disciplina e as conclua em um tempo certo; com o agravante, entre outros, de o tempo disponibilizado para este educando ser enormemente reduzido, ela precisa de mais tempo de permanência na escola para ter qualidade:

Assim, a democratização da educação faz-se com acesso e permanência de todos no processo educativo, dentro do qual o sucesso escolar é reflexo da qualidade.

A EJA precisa, acima de tudo, ser uma escola de ética e transparência, porque, não é possível enganar uma pessoa no contexto escolar e esperar que ela tenha bom juízo da escola, dos educadores, das autoridades e das instituições.

Para o professor chega a ser vexatória a situação de ter que ver alunos serem certificados sobre a apreensão de conteúdos que não lhes foi ensinados adequadamente, principalmente por falta de tempo de trabalho em sala de aula.

#### 4.3.4 Justiça social, educação e trabalho: inclusão, diversidade e igualdade, quanto à modalidade EJA

A justiça social é algo para ser pensado em um contexto de educação para o trabalho, porque não dá para pensar em justiça social sem distribuição de riqueza e não dá para pensar em distribuição de riqueza sem antes pensar na produção dela. E não dá para pensar em produção de riqueza sem trabalho, e tanto mais riqueza o trabalho produz, quanto mais especializado ele seja, e os congressistas da I CONAE reconhecem tal realidade: “A articulação entre justiça social, educação e trabalho - que leve em consideração a inclusão, a diversidade, a igualdade e a equidade - precisa ser mais do que uma frase retórica.” (I CONAE Documento final, 2010, p 126).

Para que se possa pensar em uma EJA socialmente inclusiva, é preciso que se eduque jovens e adultos para que eles possam pensar em um barco pesqueiro como meio de produção e não em um anzol; que elas possam pensar em guindastes como meio de levantar peso e não na força física humana; que elas possam pensar em robôs como executores de trabalhos repetitivos e penosos e não em operários.

Precisamos ensinar nossos jovens e adultos a pensarem na educação como meios de se apropriarem dos benefícios dos conhecimentos historicamente produzidos e que são

indispensáveis para a melhoria da vida das pessoas.

#### 4.3.5 – A II CONAE e as perspectivas de melhorias para a EJA

A julgar pelo conteúdo do documento de referência da II CONAE, há razões para confiar que haverá mudanças para melhor, na EJA, em um futuro próximo; é o caso da proposta de fazer-se levantamento sobre a demanda por EJA em todo o País:

Proceder a levantamento de dados sobre a demanda por EJA, na cidade e no campo, para subsidiar a formulação da política pública que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da educação básica. (II CONAE 2014 - Documento de Referência, p. 64)

Chama-se à atenção para a importância de que se implementem políticas públicas que possam garantir acesso e permanência dos estudantes da EJA na escola; eis porque considera-se tão importante que se tome cuidado para fugir das restrições orçamentárias, porque há um número expressivo de pessoas a serem atendidas pela EJA e que demandam apoio financeiro para que possam fugir dos empecilhos que lhes mantém fora da escola.

Outra proposta que merece destaque é a produção de materiais didáticos baseados em um currículo que seja adequado às necessidades dos educandos da EJA:

Instituir currículos adequados às especificidades dos educandos de EJA, incluindo temas que valorizem os ciclos/fases da vida e promover a inserção no mundo do trabalho e a participação social. (II CONAE 2014 - Documento de Referência, p. 64).

É importante que se leve em conta que o material didático produzido possa refletir os preceitos da LDB-96, que obriga a inclusão de conteúdos comuns a nível nacional, e que a preparação para o trabalho contenha componentes universalmente aceitos no mundo do trabalho para que os educandos se sintam verdadeiramente incluídos e capacitados para a participação na sociedade.

E que esta participação seja igualitária sob todos os aspectos, principalmente na qualidade e no tempo de duração do curso:

Garantir acesso e permanência a estudantes de EJA no ensino fundamental e médio, com isonomia de condições às outras modalidades de educação básica, com possibilidades de acesso à

universidade pública e gratuita. (II CONAE 2014 - Documento de Referência, p. 64).

Porque se o estudante da EJA puder tomar a escola como principal referência para a sua libertação, ele encontrará forças para prosseguir seus estudos além do nível médio, como convém à educação ao longo da vida. Assim o sonho se realiza; o sonho que está dentro de cada um, e que o agente externo pode apenas despertá-lo.

#### 4.4 – RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 3/2010 - DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA EJA

O Conselho Nacional de Educação (CNE), é um órgão de assessoramento do Ministério de Estado de Educação (MEC), com atribuições normativas e deliberativas, em matéria de educação. O CNE tem por objetivo formular as políticas nacionais de educação, zelar pela qualidade do ensino e velar pelo cumprimento da legislação educacional.

A definição acima se faz necessária para que fique bem claro que as políticas educacionais brasileiras, em nível nacional, são sempre submetidas ao CNE que se pronuncia através de resoluções, apoiadas por pareceres argumentativos.

O que se tem hoje como diretriz operacional da EJA é algo que ao mesmo tempo em que obriga o ente de Federação a adotar uma carga horária que é metade da carga horária destinada à educação regular, confere uniformidade para a modalidade em todo o território nacional, o que não permite que se faça menos ainda que tal carga horária aligeirada e desproporcional à magnitude do sonho de quem deseja conquistar o mundo a sua volta por meio da educação.

No entanto, a unificação da duração dos cursos de EJA para o segundo e terceiro segmentos, já representa uma conquista auspiciosa, na medida em que seja possível mudança nas leis que disciplinam a educação no Brasil.

#### 4.5 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO DISTRITO FEDERAL

##### 4.5.1 – Uma metrópole sem indústrias e quase sem agricultura

Qualquer pobre que more no Distrito Federal sabe que ser pobre nesta unidade da Federação é muito difícil. Não há a perspectiva de acolhimento familiar que há nas capitais das demais unidades da Federação, nas quais a grande maioria dos pobres têm família como referência no interior. À exceção de muitos goianos e poucos mineiros, todos teriam que viajar



muito, a um preço proibitivo para pessoas em situação de pobreza, para se amparar na cidade de origem, onde recobriam as forças na luta por dias melhores, na cidade grande.

Com uma área de 5,8 mil quilômetros quadrados, o Distrito Federal abriga uma população de cerca de 2,8 milhões de habitantes (IBGE, 2013).

Com tão poucas terras, o Distrito Federal, por se localizar no frágil bioma do cerrado, no Planalto Central, e abrigar importantes nascentes, como as de Águas Emendadas; “O Território Rural de Águas Emendadas abrange áreas pertencentes a três grandes bacias hidrográficas brasileiras: Bacia dos Rios Araguaia e Tocantins, Bacia do Rio São Francisco e Bacia do Rio Paraná.” (PTDRS – 2006, p. 12), esta unidade da Federação não poderia abrigar tanta gente.

Como nem todos os pobres poderiam se abrigar dentro do território do Distrito Federal, eles foram se abrigando no estado de Goiás, nas cidades mais próximas do Distrito Federal; e assim surgiu a região do Entorno de Brasília. Uma região carente de infraestrutura, que busca no Distrito Federal, o trabalho, os serviços mais especializados de saúde e de educação.

Por ter no setor de serviços a maior participação do Produto Interno Bruto (PIB): “Agropecuária – 0,4%, Indústria – 6,3% e Serviços - 93,3%” (CODEPLAN – DF, 2014), Brasília abriga um grande contingente de pessoas empregadas na administração pública, embora o comércio também tenha expressiva participação no setor de serviços.

Com tal especificidade econômica, o Distrito Federal precisa organizar uma EJA que seja capaz de preparar seus educandos para que busque em outras unidades da Federação, o emprego de que precisam. Um emprego de alto nível de especialização onde quer que ele esteja sendo ofertado: seja no agronegócio, na indústria petrolífera ou nos serviços especializados, de cuja mão de obra o Brasil tanto necessita.

#### 4.5.2 – A Responsabilidade do Distrito Federal para com a EJA

A Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) não é tão generosa com a EJA; uma breve análise deste diploma legal remete à conclusão de que ele não contempla os ideais de igualdade contidos na DUDH, nem na CFB-88, nem na LDB-96. Ela só prevê a oferta de ensino de EJA no turno da noite e ainda trata a modalidade como ensino supletivo:

O Poder Público proverá atendimento a jovens e adultos, principalmente trabalhadores, em ensino noturno de nível fundamental e médio, mediante oferta de cursos regulares e supletivos, de modo a compatibilizar educação e trabalho.

Parágrafo único. Cabe ao Poder Público implantar programa permanente de alfabetização de adultos articulado com os demais programas dirigidos a este segmento, observada a obrigatoriedade de ação das unidades escolares em sua área de influência, em cooperação com os movimentos sociais organizados. (LODF Art. 225)

Porém, esta desatualização da LODF não depõe contra o notável esforço do Governo do Distrito Federal (GDF) em oferecer a modalidade de ensino, dentro de padrões razoáveis de oferta. O que falta é articulação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) para oferecer uma proposta curricular que se instrumentalize para a formação de uma modalidade de educação ao longo da vida, e de materiais didáticos apropriados que preparem os educandos para que eles possam ocupar as vagas abertas no mercado de trabalho nacional, que na falta de pessoas preparadas para este fim, normalmente são preenchidas por estrangeiros. O que deve ser evitado, em face do preceito constitucional que considera o mercado interno um patrimônio nacional, com relevante papel no desenvolvimento cultural, econômico e social do Brasil.

#### 4.5.3 Resolução nº 1/2012-CEDF

O Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) tem a incumbência de estabelecer o tempo de duração dos cursos em EJA no Distrito Federal, conforme prescrito na Resolução CNE/CEB 2010, que institui as diretrizes nacionais para a EJA.

Como se pode perceber, a tônica deste trabalho tem sido a busca por igualdade da modalidade EJA em relação ao ensino regular, principalmente em relação ao tempo de duração dos cursos. É preciso convir que, como ensino supletivo, destinar a metade do tempo do ensino regular para a EJA, seja razoável; mas, como educação ao longo da vida, os conselheiros não contemplaram os ideais de igualdade preconizados na DUDH, na CFB-88, nem na LDB-96, mas podem alinhar seus esforços com a sociedade brasileira para pleitear junto ao CNE uma EJA mais justa para com os pobres.

Os cursos da educação de jovens e adultos - EJA presenciais e a distância, com objetivo de acelerar estudos dos ensinos fundamental e médio, devem cumprir, no mínimo, a duração de:

I – 22 (vinte e dois) meses e 15 (quinze) dias com 1.500 (mil e quinhentas) horas para o curso correspondente aos anos iniciais do ensino fundamental;  
II – 24 (vinte e quatro) meses com 1.600 (mil e seiscentas) horas para o curso correspondente aos anos finais do ensino fundamental; III – 18 (dezoito) meses com 1.200 (mil e duzentas) horas para o ensino médio. (Resolução nº 1/2012-CEDF - Art. 33)

E, ainda, os conselheiros do CEDF justificam porque acataram a resolução do CEF, ao afirmarem que a modalidade foi regulamentada “com objetivo de acelerar estudos dos ensinos fundamental e médio”. Portanto, no Distrito Federal, ainda temos ensino supletivo e não uma EJA que se proponha a ser a educação ao longo da vida capaz de influenciar todas as unidades da Federação a fazerem o mesmo.

Felizmente, os caminhos a serem percorridos pela EJA no DF estão sendo traçados com muita responsabilidade; isto se torna bem visível na definição da modalidade contida no documento Projeto Político-Pedagógico Professor Carlos Mota, da SEEDF, no qual se afirma:

A educação de jovens e adultos não pode ser concebida como uma redução de tempo escolar, tampouco como uma reprodução aligeirada dos conteúdos, mas sim como uma modalidade com características específicas, que exige uma organização do trabalho pedagógico, que valorize seus sujeitos e proporcione a construção de saberes com vistas à formação de um ser crítico, político, intelectual e criativo.(Projeto Político-Pedagógico Professor Carlos Mota, 2011, p.85).

O reconhecimento por parte da SEEDF de que existe de fato na EJA uma redução do tempo escolar e um aligeiramento de conteúdos já remete ao entendimento de que para a construção de saberes com vista à formação de um ser crítico, político, intelectual e criativo é preciso de mais tempo de trabalho em sala de aula, e isto certamente será notado na sua operacionalização.

Para reforçar o argumento de que para o cumprimento de tais objetivos é preciso que se aloque mais tempo à modalidade, observe-se que para a disciplina de matemática, no segundo segmento da EJA, são alocadas 100 horas aula por semestre, o que é razoável para que se possa trabalhar minimamente os conteúdos propostos, o mesmo não ocorre com disciplinas tão vitais para a formação de um ser crítico, político, intelectual e criativo, como a História.

Vale ressaltar que é bem visível promessa de esperança contida no documento analisado pela associação conceitual da EJA à educação ao longo da vida:

No que tange à Educação de Jovens e Adultos (EJA), há um expressivo número de pessoas com 15 anos ou mais não alfabetizadas. Revela - se, portanto, a necessidade de adoção de uma política pública contínua, planejada e sistemática a fim de que se possa declarar o Distrito Federal território alfabetizado e assegurar o Direito à Educação ao Longo da Vida. (Projeto Político-Pedagógico Professor Carlos Mota, 2011, p. 12).

É isto que se propõe neste trabalho: educação ao longo da vida com o nome de Educação ao Longo da Vida. Algo que não se passe despercebido pelo fato de parecer educação supletiva ou educação regular; mas uma educação que fale por si e que a sociedade possa ouvir, possa experimentar e possa vivenciar.

Uma forma de educação que faça grande diferença para toda a sociedade, uma educação de qualidade como direito fundamental com garantia constitucional como previsto na CFB-88, e proposta pela CTARD, objetivo maior deste curso:

A inscrição desse direito na Constituição foi produto dos movimentos políticos e sociais que lutaram por essa garantia constitucional e dos que entendem sua importância e necessidade no mundo contemporâneo ao considerar os impactos negativos subjetivos da educação sobre os indivíduos, quando esse direito não é garantido ou o é de modo incompleto ou irregular. (CTARD - Comunidade de Trabalho/Aprendizagem em rede na Diversidade, 2013, p. 1).

É esta completeza que se propõe; completeza de tempos e conteúdos, para que se possa formar cidadãos só incompletos pelo sonho de saber mais.

O que se propões como intervenção na disciplina de matemática no CEF 404 de Samambaia é parte do muito que pode ser feito se todos os parceiros deste projeto forem motivados a buscarem meios de ministrarem EJA como a verdadeira Educação ao Longo da Vida, para toda a vida.

## **5- OBJETIVOS**

### **5.1- OBJETIVO GERAL**

Propor uma intervenção na disciplina de matemática na EJA, 2º segmento do CEF 404 de Samambaia, que visa atender aos pré-requisitos de matemática para que os alunos possam se interessar em continuar estudando; utilizar a matemática para aproximar os estudantes do mundo do trabalho; levar os estudantes a conhecerem a importância, o funcionamento e a onipresença da planilha eletrônica, ao mesmo tempo em que ganham confiança para prosseguirem seus estudos, sem o medo de fracassarem no mundo acadêmico à sua frente. Além de oferecer aos principais parceiros deste trabalho, os professores, um marco teórico para que eles possam: “Discutir a EJA no Brasil e no mundo partindo do contexto histórico; apresentar e discutir a legislação em vigor que normatiza a EJA; ...”(CTARD - Comunidade de Trabalho/Aprendizagem em rede na Diversidade, 2013, p.

3), de acordo com objetivos também propostos pela CTARD.

## 5.2- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1 - Buscar nas normas que instituem a educação brasileira a base legal para a modalidade EJA;

2 - Refletir sobre as discrepâncias existentes entre o discurso apresentado pelos representantes brasileiros na VI CONFINTEA e a realidade da EJA no Brasil;

3 - Analisar o texto final aprovado na I CONAE, no que se refere à EJA, e demonstrar que há um projeto de melhoria para a modalidade em marcha, que vai além dos objetivos da I CONAE, e que se expressa de maneira muito favorável à modalidade, através das propostas a serem apresentadas na II CONAE;

4 - Oferecer aos alunos do 2º segmento da EJA do Centro de Ensino Fundamental 404 de Samambaia, uma proposta de intervenção sobre o ensino de matemática, para que eles possam prosseguir seus estudos sem as amarras da falta de pré-requisito em matemática e ao mesmo tempo possam se aproximar do mundo do trabalho com a capacitação matemática necessária para que possam exercer uma profissão.

5 - Relatar a experiência vivenciada com as classes de EJA de 2º segmento, com a disciplina de matemática voltada para o mundo do trabalho no Centro Educacional Myrian Ervilha na Diretoria Regional de Ensino de Recanto das Emas - DF, no ano de 2013.

## 6- ATIVIDADES/RESPONSABILIDADES

O presente Projeto de Intervenção Local propõe uma intervenção diretamente na sala de aula, na disciplina de matemática. E tem como parceiros diretos a Diretoria, o Conselho Escolar, os coordenadores, os professores e os alunos de EJA da 5ª à 8ª séries.

As atividades aqui propostas se destinam a preparar os estudantes trabalhadores da EJA do CEF 404 de Samambaia, para que eles possam se inserir no mundo do trabalho, e ou ascender profissionalmente a partir da posição em que se encontram, se já estão empregados. Assim, na disciplina de matemática, o 2º segmento da EJA incorporará três funções:

- O atendimento aos pré-requisitos para que o estudante trabalhador possa continuar estudando, ao longo da vida;
- Utilizar a matemática para que o estudante trabalhador tenha acesso ao mundo

do trabalho;

- Levar o estudante a conhecer a importância, a onipresença, a forma e a função da planilha eletrônica.

Como neste trabalho tem-se afirmado que o tempo disponibilizado à modalidade EJA, no Distrito Federal, precisa ser aumentado, para que a modalidade possa adquirir as feições de uma educação ao longo da vida, vale ressaltar que na disciplina de matemática a situação não é tão crítica, visto que o professor dispõe de 100 horas aula semestrais para a disciplina.

No entanto, a cada início de semestre, os conteúdos são apresentados aos professores da EJA, como se ela fosse educação regular; assim, o professor poderá se sentir diante da tensão decorrente da escolha entre os conteúdos recomendados pela SEEDF e os conteúdos propostos neste PIL. Diante de tal situação, pede-se bom senso do professor para que ele possa adequar os conteúdos comuns para que o máximo do conteúdo seja ministrado, sem deixar de levar em conta as propostas do PIL.

Pede-se a compreensão dos professores para esta ligeira mudança, porque o que se propõe não é a substituição de conteúdos, mas a aplicação de uma metodologia de ensino que muito se relaciona com os objetivos do professor, por despertar o interesse nos alunos: “Interesse verdadeiro, significa que uma pessoa se identificou consigo mesma, ou que se encontrou a si mesma, no curso de uma ação”(DEWEY, 1978, p 86).

O pedido de compreensão dos professores é extensível aos demais parceiros deste projeto, principalmente à Diretoria e ao Conselho Escolar para que durante os dois semestres de duração da intervenção avaliem as vantagens e as desvantagens advindas deste Projeto de Intervenção Local.

## **2º SEMESTRE 2014**

### **5ª SÉRIE – 2º SEGMENTO**

Para fazer face ao problema da falta de pré-requisitos e ao mesmo tempo preparar o estudante trabalhador para mundo do trabalho, propõe-se que o professor adote as ações abaixo relacionadas:

- O professor convida os alunos a trabalharem como as operações de soma, subtração, multiplicação e divisão de números inteiros e decimais, com operações relacionadas ao dia a dia das pessoas em geral e em particular, do estudante trabalhador;
- O professor disponibiliza cópias da tabuada a todos os seus alunos, ou

recomenda que cada aluno adquira uma tabuada para seu uso;

- O professor encoraja os alunos a usarem a tabuada durante toda a aula, inclusive em provas, bem como, incentiva os alunos a contarem com os dedos, para chegarem a resultados de soma e subtração, o que muitos não fazem por vergonha;

- O professor ensina os alunos a fazerem suas próprias tabuadas de multiplicação, como uma sequência de somas: somando-se o primeiro produto com o seguinte de 1 até 9: isto vai ser muito útil para a operação de divisão;

- O professor ensina o método de divisão utilizando a tabuada de multiplicar correspondente ao divisor, procurando mostrar aos alunos que por este método, a operação de divisão oferece oportunidade de exercitar as outras três operações;

- Como a planilha eletrônica é a calculadora dos nossos dias, o professor convida os alunos a usarem uma estrutura de linhas e colunas para trabalhar nos projetos desenvolvidos em parceria com eles;

- Os projetos podem ser orçamentos dos mais diversos tipos de compras, aquisição de serviços, viagens e passeios, sempre mostrando aos alunos que a planilha eletrônica é onipresente no mundo do trabalho. Assim, desde a revendedora de bijuteria até a revendedora de automóveis a utilizam, sempre com a mesma estrutura e com objetivo análogo;

- Para os alunos desta série o professor deve trabalhar com números inteiros e não muito grandes e quantias também pequenas para que os alunos possam passar para a série seguinte com muita firmeza nas operações fundamentais e adquiram pré-requisitos para que possam ir além, em operações mais complexas, análogas às mais simples;

- O professor fará projetos com uma pequena quantidade de itens, sugere-se que se utilizem quatro, para que o projeto possa ser iniciado, concluído e discutido em uma aula dupla; nas aulas simples sugere-se que o professor faça revisões para nivelar os alunos com maior dificuldade;

- O professor mediará a solução do problema por algum tempo, enquanto tira dúvidas e incentiva os alunos a se juntarem para discutirem e resolverem o problema juntos;

- O professor resolverá todas as contas no quadro da maneira mais clara possível, permitindo que os alunos copiem ou façam as correções necessárias em seus cálculos; É importante que os alunos escrevam em seus cadernos, todo os conteúdos:

alunos anotem suas aulas, inclusive pressão social. Uma das razões apontadas é o desejo dos pais de verem material escrito como evidencia tangível de esforço tanto da parte do professor como do aluno”(PIMM, 1990, p. 113).

- Recomenda-se que cerca de 15 minutos antes do término da aula o professor passe pela carteira de cada aluno e verifique a apresentação do trabalho dele, tendo o cuidado para que não haja multiplicações com números superpostos, pontos e vírgulas onde não deveriam estar. A finalidade de uma apresentação impecável se deve ao fato de que os estudantes trabalhadores não têm muito tempo para estudar, e quando precisam estudar, se não dispuserem de um material confiável, logo desanimam, não aprendem e desistem, e o que é pior começam a pensar que não são capazes de aprender.

Embora a 5ª série represente a porta de entrada dos estudantes de EJA para o segundo segmento, o professor não pode se esquecer de abordar as frações e relacioná-las aos números decimais, tão presentes no dia a dia dos estudantes trabalhadores. Eles precisam ser incentivados a aceitarem a representação das frações ordinárias, porque tal forma de apresentação é muito usada no mundo do trabalho e é imprescindível para o prosseguimento dos estudos nas séries mais avançadas, bem como no mundo acadêmico.

## **6ª SÉRIE – 2º SEGMENTO**

Como o problema da falta de pré-requisito pode desencorajar professores a ensinarem conteúdos relevantes ao mundo do trabalho, recomenda-se que o professor adote a mesma abordagem adotada para a 5ª série, acrescentando o seguinte:

- Os projetos aplicados na 6ª série devem ser os mesmos da 5ª série acrescentando-se mais detalhamento como cálculos de percentagem, juros simples e descontos simples;
- O professor trata de unidades do sistema métrico relacionando operações envolvendo comprimento, área e volume bem simples e massa com números inteiros do dia a dia, deixando os projetos mais detalhados, sobre este assunto, para as séries seguintes.

Por ser a primeira série que o aluno entra em contato com as equações, recomenda-se que o professor procure investir muito tempo neste item, visto ser a equação uma espécie de linguagem através da qual se traduzem os problemas com vista à sua solução. Uma abordagem que não vise tal objetivo, atenta contra a educação ao longo da vida porque criaria problemas com pré-requisito que seriam sentidos ao longo da vida do estudante.



## 7ª SÉRIE – 2º SEGMENTO

Como a 7ª série não é tão intensa em conteúdo que se relacionem com o mundo do trabalho, recomenda-se que nela sejam ensinados conteúdos análogos aos das séries precedentes acrescidos de maiores detalhamentos, e, que, uma vez que o aluno apresente condições de prosseguir sem as amarras dos pré-requisitos, o professor pode conduzir seus alunos para a álgebra. Isto ele vai fazer com muito mais facilidade, desde que não apresente o conteúdo desta intervenção como suficiente, embora necessário, para o resto das suas vidas escolares, isto atentaria contra os propósitos da educação ao longo da vida.

- O professor trabalha com projetos envolvendo as operações fundamentais, juros, descontos e o sistema métrico: comprimento, área, e volume, em projetos relacionados a preços;
- O professor procura acomodar todos os seus projetos à planilha, por se tratar da disciplina de matemática; ficando livre para priorizar a abordagem que julgar mais interessante para seus alunos;
- O professor precisa estar atento para não elevar demasiadamente o nível dos seus projetos só por considerar que se trata de uma série bem à frente da 5ª, uma vez que alunos de EJA se caracterizam pela diversidade, e a falta de pré-requisito é um dos aspectos da diversidade;

Sugere-se que o professor dê especial atenção aos alunos trabalhadores, principalmente àqueles que estão retornando à escola após anos vividos longe da escola, porque os alunos que estão fazendo correção de fluxo escolar tendem a ter mais facilidade em fazer contas.

## 8ª SÉRIE – 2º SEGMENTO

Os conteúdos desta série, voltados para o mundo do trabalho, estão relacionados com áreas e volumes; neste caso, o professor precisa lembrar de que o problema do pré-requisito precisa ser sanado com conteúdos e métodos comuns à 5ª, 6ª, 7ª séries, e o professor escolhe a abordagem mais adequada para propiciar condições para que o aluno de 8ª série possa adquirir habilidade em cálculos aplicados ao mundo do trabalho, sem se esquecer de abordar adequadamente os conceitos matemáticos que remetam o aluno ao sonho de prosseguir com seus estudos em um ambiente acadêmico fortemente apoiado na análise matemática.

## **1º SEMESTRE 2015**

No início do 1º semestre de 2015 os professores avaliarão os aspectos relacionados às aplicações aqui sugeridas no 1º semestre de 2014, bem como e as adaptações feitas no percurso, e farão relatório que serão entregues à diretoria;

No final do 1º semestre de 2015 os professores farão um relatório final sobre a conveniência de incorporar as práticas à modalidade EJA na escola.

### **7- CRONOGRAMA**

Data de início: Início do 2º semestre de 2014

Data de término: Fim do 1º semestre de 2015

### **8- PARCEIROS**

A Diretoria, o Conselho Escolar, os coordenadores, os professores e os alunos de EJA da 5ª à 8ª séries do CEF 404 de Samambaia

### **9 - ORÇAMENTO**

Considerando que todas as atividades serão realizadas pelos professores de matemática da EJA, do CEF 404 de Samambaia, não haverá custo adicional nem ao proponente nem à SEEDF.

### **10- ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**

A proposta de acompanhamento e avaliação é feita para que se deem durante as reuniões semanais de coordenação cada professor será convidado a relatar suas experiências com a intervenção, a qual será registrada em ata e encaminhada à Direção da escola.

Cópias das atas serão arquivadas na coordenação para que sejam analisadas a cada reunião semanal, com vistas a correção de rumos que será implementada por cada professor.

No final do 1º semestre de 2015, cada professor participante da intervenção fará um relatório, mediante o qual ele se posicionará quanto à eficácia da intervenção e quanto à sua disposição em continuar aplicando a intervenção no semestre seguinte.

No final do 1º semestre de 2015, cada professor participante da intervenção fará um relatório de toda a sua participação na intervenção, baseado nas atas realizadas semanalmente durante as coordenações e as encaminhará à Direção que convocará os professores participantes e o Conselho Escolar para que seja decidido da conveniência da incorporação das práticas consolidadas pelos professores, ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola.

Espera-se que a Direção, o Conselho Escolar, os professores e coordenadores do CEF 404 de Samambaia não alinhem sua opinião ao perfil negativo do professor quanto à boa vontade em discutir as inovações sugeridas; “Dentre todos os profissionais, os professores são os mais resistentes em discutir inovações dos próprios colegas”, (HOFFMANN, 1993, p.83), e procedam a avaliação deste PIL com interesse e espírito público.

## **11 - RELATÓRIO DE EXPERIÊNCIA**

Ao iniciar atividades como professor de matemática no 2º segmento da EJA, no Centro Educacional Myrian Ervilha pertencente à DRE Recanto das Emas – DF, em março de 2013, o autor encontrou os alunos muito dispersos e as primeiras fileiras de carteiras praticamente vazias; quase todos cuidavam de fazer alguma coisa mais útil do que assistir aulas de matemática: uns ouviam música, outros assistiam vídeos em seus telefones, outros faziam deveres de outros professores, visto que os professores passavam muitos deveres para casa.

Chamados à atenção para as aulas de matemática, logo a maioria voltava a atenção, mas em seguida dispersavam-se novamente, nem que fosse para não fazer nada; muitos sequer copiavam; alguns tentavam negociar: só copiaríamos se valesse nota.

Quando o autor procurou uma explicação para tamanho desinteresse pelas aulas de matemática, alguém da coordenação explicou que o tudo poderia se dever ao fato de as aulas haverem começado com cerca de duas semanas de atraso e que os alunos talvez estivessem tentando se adaptar com a nova situação.

Durante a mesma coordenação semanal foi entregue aos professores uma orientação por escrito, vinda da SEEDF, pedindo que os professores dessem ênfase especial ao mundo do trabalho; foi quando o autor percebeu que não adiantaria falar para os alunos sobre um mundo do trabalho que estaria bem longe da realidade deles, se eles não estivessem

preparados para tal. Então resolveu aproximá-los do mundo do trabalho através do ensino de matemática que fosse relevante para eles, tal como recomendado pela UNESCO:

Admitindo que, em termos gerais, a educação que hoje é ministrada apresenta graves deficiências, que se faz necessário torná-la mais relevante e melhorar sua qualidade, e que ela deve estar universalmente disponível; (Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien, 1990, p. 3).

Então resolveu ensinar-lhes o uso mais comum da matemática no mundo do trabalho, através da planilha eletrônica, seu formato, sua onipresença, e sua utilização em praticamente em todas as atividades humanas, atualmente.

O autor propôs que os alunos fizessem em seus cadernos uma estrutura de linhas e colunas e, com a ajuda deles foi tomado como caso os problemas de uma aluna que fazia e vendia pamonhas: fez-se um orçamento para a compra dos materiais necessários para que se pudesse fazer e vender as pamonhas, e o projeto das pamonhas se estendeu para as outras séries, visto que a experiência se iniciou na 6ª série. Ele foi para a 5ª série com menor detalhamento e para as séries seguintes com maior de complexidade, incluindo detalhes sobre custos, usando-se percentuais para relacionar as grandezas envolvidas.

E, assim, vieram outros projetos; tantos que foi preciso eleger os mais significativos e que tivessem mais abrangência, ou seja, que pudessem ser aplicados em todas as séries do 2º segmento.

Com isto, contemplou-se boa parte dos objetivos curriculares quanto à educação regular: operações com números naturais, operações com números decimais, operações monetárias, operações envolvendo percentuais, conceitos e cálculo de juros e descontos simples, cálculo de áreas, volumes e medidas relacionados ao mundo do trabalho.

Infelizmente, o tempo de duração do curso não permitiu que se pudesse estudar todos os conteúdos exigidos pela SEEDF, visto que eles são os mesmos exigidos na escola regular. É por isto que a tônica deste trabalho é que os professores, não importando em que função estejam investidos na escola, lutem para corrigir esta distorção que faz da EJA uma modalidade de educação muito distante da realidade de uma verdadeira educação ao longo da vida.

Ao concluir o primeiro semestre, percebeu-se que a experiência precisava de ajustes; porque, se por um lado, praticamente todos os alunos se envolveram com os projetos, as carteiras da frente foram todas ocupadas, praticamente todas as carteiras de traz foram esvaziadas e a indisciplina reduziu-se enormemente. Mas, como alguns alunos não se

preocuparam muito em copiar ou copiavam os exercícios de forma desleixada, acabaram não dispondo de conteúdos confiáveis para estudar e não se saíram muito bem na prova final.

Mas, no início do segundo semestre letivo de 2013 foram feitos os ajustes para evitar que os estudantes não tivessem material confiável para estudar e se preparar para as provas. Como providência foi elaborada uma planilha com os nomes dos alunos e as datas das aulas, para que fossem anotados os conceitos por participação nas aulas e por apresentação do caderno no final de cada aula. Como eram verificados todos os detalhes das operações, ponto por ponto, vírgula por vírgula, todos os alunos se motivaram a copiar, embora a participação e o entendimento não fossem ideais, importava muito que o aluno dispusesse dos projetos feitos com rigor de apresentação; isto foi feito nas primeiras semanas. Quando elas já dispunham de uma razoável quantidade de exercícios realizados, foram convidados a fazerem sozinhos seus cálculos, sendo assistidos pelo professor.

Quando os alunos foram convidados a fazerem sozinhos os seus trabalhos, começaram a aparecer as dificuldades individuais, mas como todos tinham exercícios análogos feitos em folhas anteriores do caderno, começaram a voltar a folha e se basear no modelo anteriormente feito. Isto dava muita autonomia ao aluno, principalmente àquele acostumado com as situações do dia a dia em que precisam ser criativos para chegar a soluções.

Inicialmente, o propósito de os alunos produzirem material confiável, que não tivesse um ponto ou uma vírgula fora do lugar objetivava apenas dar condições para que eles pudessem estudar em casa, mas teve outro efeito; durante as aulas, os alunos começaram a voltar a página do caderno e consultar o modelo anteriormente feito; e este comportamento espontâneo dos alunos em consultar seu próprio material foi algo inesperado.

Vale salientar que embora a intervenção sugerida neste projeto seja capaz de reduzir a indisciplina, ela não tem este objetivo; porque a indisciplina é um problema mais complexo e tem suas causas e motivações que precisam ser tratadas de outra forma que não nesta proposta de intervenção na e através da disciplina de matemática.

## 12- ANEXO1

CEF 404 DE SAMAMBAIA  
SGE – MARÇO/2014

### Diagnóstico dos Estudantes da Educação de Jovens e Adultos

Caro(a) Aluno(a), este questionário objetiva fazer o levantamento de dados relevantes à construção do diagnóstico dos(as) estudante do EJA, a fim de traçarmos o perfil dos(as) alunos(as) do turno Noturno para inserção dos dados no Projeto Político Pedagógico.

Série:

1ª  2ª  3ª  4ª  5ª  6ª  7ª  8ª

Sexo

Masculino  Feminino

Qual a sua faixa etária atual?

15 a 17 anos  
 18 a 23 anos  
 24 a 29 anos  
 30 a 39 anos  
 40 a 49 anos  
 50 a 59 anos  
 acima de 60 anos

Estado civil:

Solteiro(a)  União estável/vive com o/a companheiro(a)  
 Casado(a)  Divorciado(a) Viúvo ( )

Atualmente você se encontra empregado?

sim  não

Você ou sua família participa ou participou de algum programa do Governo para complementar sua renda familiar?

sim  não

Sua residência é:

Própria quitada  Própria financiada  Alugada  Cedida

Quantas pessoas residem com você?

uma  duas  três  quatro  cinco  mais de seis

Quantas vezes você já interrompeu seus estudos?

( ) nenhuma ( ) uma ( ) duas ( ) três ( ) mais de quatro

Qual ou quais foram os motivos que o levaram a não estudar ou parar os estudos? \*

Marque mais de uma opção se necessário.

- Gravidez
  - Casamento
  - Desinteresse
  - Doença
  - A escola não era próxima da sua residência.
  - A escola não era próxima de seu local de trabalho.
  - A escola não era a que eu esperava.
  - Não ter com quem deixar os filhos.
  - O horário das aulas não era compatível com o horário do trabalho.
  - O horário das aulas não era compatível com os afazeres domésticos.
  - Violência nas proximidades da escola ou de casa.
  - Falta ou demora de transporte coletivo.
  - Envolvimento com substâncias ilícitas (cigarro, álcool, drogas, barbitúricos, etc..)
  - Problemas relacionados à Justiça (furto, agressões, brigas, etc.)
  - Não conseguiu vaga na escola.
  - Dificuldade de acompanhar o curso.
  - Desinteresse, uma vez que os assuntos tratados não eram interessantes.
  - Abandono.
  - Reprovação.
-

### 13- REFERÊNCIAS

- BRASIL. IBGE – **Distrito Federal**, 2013: Disponível em:  
<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=df> : Acesso em 20.01.2014
- BRASIL. MDA - **Território Rural Águas Emendadas – Plano Territorial Desenvolvimento Rural Sustentável**: MDA, Brasília, 2006
- BRASIL. MEC - **5. CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA DIVERSIDADE**, Brasília, 2013: Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/redediversidade/pdfs/eja.pdf>: Acesso em 20.01.2014
- BRASIL. MEC – **Constituição Federal**: MEC, Brasília, 1988
- BRASIL. MEC – **I CONAE, Documento Final**: MEC, Brasília, 2010
- BRASIL. MEC – **IICONAE, Documento Referência**: MEC, Brasília, 2013
- BRASIL. MEC - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996**: MEC, Brasília, 1996
- BRASIL. MEC - **Resolução CNE/CEB Nº 3/2010**: MEC, Brasília, 2010
- CHALITA, Gabriel. **Educação - A solução está no afeto**: Editora Gente, São Paulo, 2001
- DEWEY, John. **Vida e Educação**: Ed Melhoramentos, 11ª edição São Paulo - SP, 1978
- DF. CEDF - **Resolução nº 1/2012**, Brasília, CEDF, Brasília, 2012
- DF. CLDF – **Lei Orgânica do Distrito Federal, Brasília**: CLDF, Brasília, 1993
- FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos**: Editora Paz e Terra, 5ª edição, Rio de Janeiro, 1981
- FREIRE, Paulo. **Política e Educação**: Cortez Editora, São Paulo, 1993
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – Saberes Necessários à Prática Educativa**, Editora Paz e Terra, 25ª edição, Rio de Janeiro, 1996
- GADOTTI, Moacir. **A Educação Contra a Educação**: Editora Paz e Terra, 3ª edição, Rio de Janeiro, 1984
- GDF. CODEPLAN. **Distrito Federal ocupa 7ª posição no ranking do PIB-Brasil: Disponível em -** <http://www.codeplan.df.gov.br/noticias/noticias/item/2969-distrito-federal-ocupa-7%C2%AA-posi%C3%A7%C3%A3o-no-ranking-do-pib-brasi.html>. Acesso em 20.04.2014
- GDF. SEEDF – **Projeto Político-Pedagógico Professor Carlos Mota**: SEEDF, Brasília,



2011

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora**: Editora Mediação, 16ª edição, Porto Alegre, 1993

PIMM, David. **Speaking Mathematically**: Routledge & Kegan Paul Ltd - New York NY 1990

RICHMOND, W. Kenneth. **A Revolução no Ensino**: Companhia Editora Nacional - São Paulo, 1975

UNESCO. **Declaração Universal Dos Direitos Humanos**: UNESCO, Brasília, 1998

SAMAMBAIA, Plano Político-Pedagógico, CEF 404 de Samambaia, Brasília, 2011

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: UNESCO, Brasília, 1990

UNESCO. **VI CONFINTEA Marco de Ação de Belém**: UNESCO, Brasília, 2010